

Nº 253
Setembro 1991
Cr\$ 300,00

EM TEMPO:

Esta publicação
é de caráter
interno ao PT e
distribuída única e
exclusivamente
aos seus filiados

Ansel Adams



o I congresso
do pt, cuba,
o desmonte
da urss, os
trabalhadores
e o mercosul, cut
II conferência
da ds, partido e as
tendências, mulheres, iugoslávia

A crise da URSS

Esta edição 253 de **EM TEMPO** está saindo quando as consequências do golpe fracassado na URSS ainda são manchete dos grandes jornais. Os dois artigos que dedicamos ao tema têm, pois, um caráter provisório. O de David Seppo é datado de 23 de agosto, dois dias depois do fracasso dos conservadores, permitindo-nos sobretudo analisar os movimentos anteriores de Gorbachev e suas alianças, ora com os liberais, ora com os conservadores, processo que está na origem do golpe. O artigo de Catherine Samary, datado de 29 de agosto, situa as fraquezas dos golpistas nos marcos do processo de crise do Estado-partido e das instituições centrais na URSS, além de apontar para pontos de unidade entre setores conservadores e liberais da burocracia, particularmente na defesa das reformas de mercado. O curso dos acontecimentos já mostra que a questão nacional, não destacada nestas análises, está se colocando no centro do processo posterior ao golpe e que podemos mesmo nos questionar se realmente a URSS continuará a existir. Em nossas próximas edições publicaremos novas contribuições à análise deste processo de enorme alcance para todos que se colocam o objetivo de lutar pelo socialismo.

O I Congresso do PT comparece em nossas páginas através da análise de Carlos Henrique das principais teses inscritas para deliberação e do artigo de José Corrêa sobre a relação entre as tendências internas do PT e a construção partidária. E o relato da II conferência da Democracia Socialista ganha as duas páginas centrais do **EM TEMPO** (e fotos de algumas presenças queridas). E dedicamos atenção também à memória do Zézinho, uma perda que marcou a DS.

Continuamos o debate sobre o papel do mercado na transição ao socialismo, com dois artigos de crítica àquele publicado em edição anterior por Eduardo Albuquerque. Com a virulência da polêmica, sem dúvida, teremos em breve uma réplica de Duda.

Raul Pont traz para nossas páginas o debate que existe no Congresso e na bancada petista sobre a introdução do voto distrital e um documento da CUT do Rio Grande do Sul introduz em nossas páginas o tema do Mercosul, sobre o qual voltaremos a nos deter no futuro.

Esta edição está enriquecida pelas ilustrações do artista gráfico holandês Escher (1898-1972), publicadas no livro **Escher on Escher. Exploring the infinite**.

Finalmente, os artigos das companheiras Janette, sobre a difícil situação que atravessa Cuba, e de Catherine sobre o esfacelamento da Iugoslávia auxiliam a nos localizarmos no labirinto de problemas que estão emergindo nas sociedades pós-revolucionárias.

Boa leitura e até o próximo número.

Roque Barbieri



O companheiro Roque Barbieri, militante do PT e da CUT, sindicalista rural do Rio Grande do Sul, está com uma doença rara. A esclerose lateral amiotônica, uma doença degenerativa da medula, que quando tratada logo após o diagnóstico, tem cura.

O processo de tratamento, porém, é muito caro. Roque precisa de nossa solidariedade para cuidar de sua saúde.

Conta-solidariedade:

Roque Barbieri
Conta nº 30.147-7
Banco do Brasil
Banco 001 Agência 0486-3
Farroupilha, RS

Contato com Roque Barbieri:

Nova Milano - 4º Distrito
95.180 - Farroupilha, RS

Índice :

03 Congresso: As letras do I Congresso - Carlos Henrique Árabe

05 Congresso: As tendências e a construção partidária - José Correa

07 Nacional: Voto distrital: armadilha conservadora - Raul Pont

8 URSS: Golpe conservador, golpe liberal - David Seppo

10 Mercosul: promessa ou ameaça?

12 II conferência nacional da Democracia Socialista

14 Zézinho

15 Debate: A crítica da crítica - Jorge Nahas

18 Debate: Crítica ao "socialismo produtivista" - Luís Koshiba

20 Cuba: A revolução sufocada - Janette Habel

22 Iugoslávia: A farsa mortal - Catherine Samary

24 URSS: O golpe de força - Catherine Samary

As letras do I Congresso

Carlos Henrique Árabe

Das várias teses inscritas, tivemos a possibilidade de examinar quatro: a apresentada pela Articulação; a tese "Um rumo revolucionário para o PT" (Democracia Socialista); "Por um PT socialista e revolucionário" (Força Socialista, Tendência Marxista e outros); e a tese "Um projeto para o Brasil" (assinada, entre outros, por Plínio Sampaio, Irma Passoni, Augusto de Franco e José Genoíno).

Não se pretende aqui uma análise exaustiva destes documentos mas apontar alterações significativas no curso do debate congressual e a identificação de alguns dos pontos polêmicos mais substantivos.

A tese da Articulação não pode deixar de ser vista como um primeiro "termômetro" do Congresso: representa, ainda que com vários tensionamentos internos, a maior das correntes petistas e guarda uma relação viva - ainda que com importantes pontos discutíveis ou mesmo equivocados - com a trajetória construída pelo partido.

Nosso partido assim como várias forças da esquerda no cenário internacional (em especial na América Latina) recebeu um tremendo impacto com os acontecimentos do Leste e a nova supremacia imperialista. Grande parte destas forças corre perigo de perder elementos-chaves de sua identidade, assimila fortes traços integracionistas à nova ordem imperialista. No interior do PT este tipo de reação apareceu na forma de um "refundacionismo" - a idéia de fundar uma espécie de marco zero em relação à tradição construída pelo PT - acompanhado de pontos de aceitação dos novos termos políticos e ideológicos impostos internacionalmente.

Toda uma primeira fase do debate congressual desenrolou-se tensionada por esta visão. Aparecia no balanço prévio e sumário dos onze anos petistas, onde esta vertente apontava uma tal exigência de autocrítica que fazia assemelhar o PT a uma espécie de partido estalinista e não apontava outro caminho senão o de estabelecer, na prática, outro partido; aparecia na seleção dos temas prioritários, onde a pretexto de criticar o dogmatismo, esta visão empunhou um "novo" dogmatismo, fomentando um debate que se esquivava de tratar a sociedade brasileira real e o mundo real.

Manifestações importantes de tendências e personalidades petistas opuseram-se a este rumo. Mas é verdade que a maior corrente, a Articulação, se neutralizou por um período, repercutiu todo este tensionamento e esta polarização no seu interior. Assim a definição da tese inscrita pela Articulação - prossequindo o rumo já iniciado na sua manifestação anterior - em combinação com outras importantes contribuições para o Congresso marcam o novo e positivo campo de discussão partidária.

Novo campo de discussão

É possível, portanto, destacar a reconfiguração do debate congressual tanto nos seus termos como na seleção de temas. Os pontos que sobressaem são três: a caracterização do novo quadro internacional e o debate sobre o socialismo que queremos; a elaboração da estratégia socialista para o Brasil; e a questão, que pode se colocar como a principal, da construção partidária. Neste conjunto de grandes assuntos permeia um debate de concepções e conceitos. Ao contrário de esvaziar a discussão propriamente teórica, ela se revitaliza e ganha em concretude, pois é aí que se pode mostrar a validade de várias reflexões e enfoques.

Marcos internacionais

Evidentemente trata-se de uma discussão bastante complexa pois analisa um processo onde se movem blocos político-militares, se estabelece uma nova ordem imperialista e onde, principalmente, não está construído um movimento socialista internacional. A elaboração de uma visão de conjunto e, mais importante, de alternativas frente a este quadro são tarefas obviamente difíceis, que estarão postas por todo um



período.

Mas é possível desenvolver compreensões básicas sobre o processo em curso. A mais importante é o entendimento que a "nova ordem", embora ainda não estabilizada e geradora de novas contradições (inclusive nos países mais desenvolvidos), reforça e acentua o caráter imperialista do sistema. Acentua e reforça seu caráter de exclusão e de subordinação dos países semi-industriais e semi-coloniais; acentua a competição econômica entre blocos; atualiza a velha prática do início do século da partilha territorial entre potências; militariza ainda mais os conflitos regionais. Ao lado disso, uma intensa revitalização ideológica e teórica de direita emana dos países imperialistas. Também se estabelece uma "nova" ordem de pensamento (como explicar o neoliberalismo sem esta componente?).

Entender este rumo geral é decisivo para o PT, para elaborar um projeto para o país, para contribuir na construção de um movimento democrático e socialista além do Brasil. Esta compreensão, com matizes vários, se encontra nas teses da Articulação, da DS, da Força Socialista/Tendência Marxista.

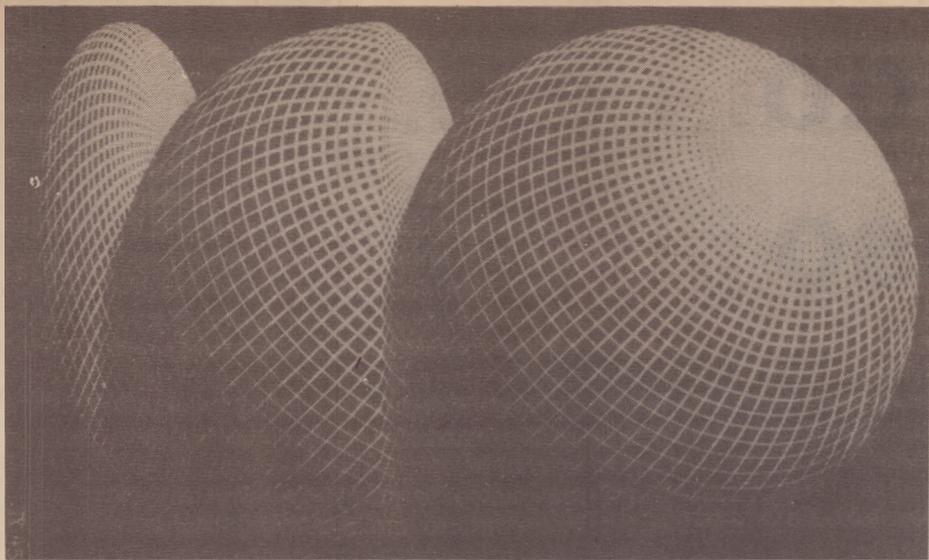
O entendimento de que o que estamos assistindo vai em direção oposta - isto é, no rumo de uma democratização do mundo - está presente, no entanto, na tese "Um projeto para o Brasil". A partir deste pressuposto ilusório chega a advertir para a "pretensão" dos países centrais de impor a "reprodução de velhos sistemas imperiais" - como se estivéssemos diante de simples pretensões e não de um recrudescimento do imperialismo - e apontam para a democratização, em conjunto (sem distinguir os antagonismos), das instituições internacionais. Poderiam explicar, por exemplo, como se democratiza o FMI? Na mesma direção vai a idéia de defender uma integração econômica "não submissa" na América Latina, extensiva aos países desenvolvidos - e isto numa situação em que os EUA aplicam sua "Iniciativas para as Américas" (onde a submissão é uma regra). Desaparece por completo a existência de conflitos de interesses; toma lugar a idéia de consensos democráticos também no plano internacional. Ilustrativa é a proposta sobre a dívida externa: "negociação competente", "acordo capaz de favorecer a solução dos grandes problemas nacionais".

Nem "socialismo real" nem socialdemocracia

Esta dupla negação - característica do acúmulo petista desde 1981, com o célebre discurso de Lula - está atualizada nas teses da Articulação, DS e Força Socialista/Tendência Marxista. Esta atualização ganha sentido fundamental ao avaliar a socialdemocracia, ao não dar a ela um sentido de alternativa ao socialismo real. Aliás, o que estamos tratando, hoje, é na verdade uma "pós-socialdemocracia", cada vez mais neoliberal e mais integrada à nova ordem imperialista.

A crítica radical ao "socialismo real" encontra um campo fértil para novas reflexões e mesmo para uma revitalização conceitual. Este é um aspecto que se deve destacar muito mais do que toda a divergência de interpretação histórica dos acontecimentos que certamente perdurará. Dois temas ga-

A tese da Articulação em combinação com outras importantes contribuições marca o novo e positivo campo para o I Congresso.



**Seria mistificar o debate
imprimir a categorias
econômicas mercantis
históricamente definidas
um caráter universal.**

**A tese "Um projeto para
o Brasil" introduz uma
aberração: um partido
que não se propondo a
representar interesses
de classe acaba por
representar a si mesmo.**

nam novos desenvolvimentos, com alcance estratégico. O primeiro é relativo à democracia e ao Estado. É especialmente importante a ligação entre os regimes burocráticos e a crítica às concepções de democratização a partir do Estado nos processos de transição. A compreensão aí da necessária desconcentração do poder estatal e da auto-organização, de desenvolver na sociedade formas não-estatais de gestão política é um caminho rico de novas formulações, que abre o campo para pensar um novo Estado, para revalorizar a importância estratégica das organizações populares. A democracia não transita do Estado burguês para um novo Estado linearmente; supõe ruptura política e social e uma nova institucionalidade, a conquista de uma nova democracia.

Aqui também há um contraponto estrutural com a tese "Um projeto para o Brasil". A começar do marco que procura estabelecer com a história do PT: não mais o discurso de Lula (1981) e a dupla negação do socialismo real e da socialdemocracia, mas a idéia de que o partido só inicia esta tarefa (de pensar a concepção do socialismo) no 7º Encontro. Isto é coroado pela sua auto-definição de "pós-socialdemocrata".

De outro lado, ampara-se em uma visão (nada utópica e nada libertária), que supõe um socialismo que conserva aspectos-chaves da dominação capitalista. O eixo que sintetiza a relação com o Estado é o de "uma maior universalização...de deslocá-lo da proteção aos grandes e restritos interesses oligopolísticos para a criação das condições para a promoção geral da cidadania". Neste contexto torna-se difícil compreender que sentido propõem dar à revolução social e a rupturas que também constam da sua contribuição ao debate.

Mercado e economia no socialismo

Este é um campo fértil para novas elaborações. Retoma um debate socialista que foi rico na década de 20, que se travou em Cuba nos anos 60, mas que foi sufocado. A discussão integra tanto o aspecto econômico propriamente - onde se destaca a clássica polêmica entre plano e mercado (convivência conflituosa ou complementariedade), mas também inclui temas como a produtividade, quais processos produtivos, etc - como a questão das formas de propriedade e gestão.

Sobre um conjunto de pontos há que desenvolver não só o debate mas buscar o conhecimento empírico, acercar-se de várias contribuições teóricas. Mas também é possível apontar, como possibilidade de desenvolvimento de transições socialistas, a pluralidade de formas econômicas, inclusive mercantis, numa dinâmica em que predomine e se fortaleçam crescentemente as formas socialistas de propriedade, organização produtiva, distribuição e financiamento. O que, no entanto, seria mistificar toda uma discussão complexa é procurar imprimir a categorias econômicas mercantis, historicamente definidas, um caráter de universalidade. Do mesmo modo que a idéia de Estado universalizado é uma mistificação da sua natureza estrutural (de dominação de classe), também o é a idéia de transformar o mercado e a propriedade privada em "instituições" da economia socialista.

Estratégia: muito a elaborar

Em geral, as elaborações sobre estratégia contidas nas teses analisadas são pouco desenvolvidas. A tese apresentada pela tendência Democracia Socialista, à exceção das

demais, concentra-se neste tema. Apresentando um diagnóstico dos impasses estratégicos vividos pelo PT após as eleições presidenciais, a tese **A alternativa democrático-popular** alinhava as iniciativas ideológicas, políticas e organizativas que visam criar um movimento político de massas de caráter permanente. É este **movimento democrático e popular** que pretende ser o grande instrumento para alavancar a construção de uma alternativa à crise da sociedade brasileira, combinando a luta institucional e a luta de massas, criando as condições inclusive para uma vitória nas próximas eleições presidenciais. Ainda assim, a tese não pode ser considerada uma resposta acabada aos enormes desafios colocados.

A tese "Por um PT socialista e revolucionário" (Força Socialista/Tendência Marxista) desenvolve aspectos conceituais importantes ao nível da caracterização do desenvolvimento capitalista e da dominação no país. Não chega, no entanto, a esboçar uma idéia de desenvolvimento estratégico.

A Articulação, mesmo desenvolvendo mais esta discussão, permanece também num quadro de respostas genéricas, insuficiência ainda mais clara se destacamos que lutas decisivas estão sendo travadas na perspectiva da disputa nacional. Mais que insuficiente é a passagem da sua contribuição que resume o sentido geral da alternativa petista: a uma combinação de "democratização da renda, da terra e da comunicação, ...retomada do crescimento e... defesa e ampliação das conquistas democráticas". Ainda que seja isso também, é evidente que a síntese do programa vai muito além. Peca por não retomar uma discussão acumulada no 5º e 6º Encontros sobre a dinâmica da disputa nacional.

A tese "Um projeto para o Brasil", apesar do título, não parece estar centrada na discussão de alternativas para uma sociedade crivada de contradições e estruturada - como acentuam as teses anteriores - em um forte aparato de dominação e violência combinado a formas manipulatórias de massa. Assim, os grandes veios de iniciativas encontram-se na alteração de valores e na supervalorização das iniciativas estatais - talvez até uma visão estatal da política, contraditória à defesa da auto-organização que é feita (o Estado como efetivador das demandas sociais!).

A discussão do Congresso terá como objetivo ao menos estabelecer um campo de elaboração estratégica.

Construção partidária

Além das definições programáticas, quatro elementos marcam a identidade petista. São a sua natureza de partido da classe trabalhadora, de partido dirigente, democrático e, simultaneamente, militante e de massas.

Desenvolver estas características é a questão mais decisiva do Congresso; está vinculada à criação de uma vontade coletiva majoritária de pôr em prática uma nova dinâmica de construção.

Nestas teses aqui examinadas, as da Articulação, FS/TM e DS estão em um campo de referências comum, baseado nestas características. No entanto, há uma polêmica central na concepção de tendências - ver artigo específico. Há também, ao menos nas versões inscritas (que são reduções das teses originais), importantes pontos cujo peso e proposições diferem. Exemplos: a questão da relação partido-administrações.

A tese "Um projeto para o Brasil" introduz uma novidade: a idéia de um partido que não se propondo a representar interesses de classe ou setores sociais acaba por representar a si mesmo. Além de uma aberração histórica - o PT é a principal síntese e o principal agente da transformação da classe trabalhadora em sujeito político - esta concepção certamente conduziria o PT ao risco de se tornar um partido estatal (sem vínculos orgânicos com a sociedade civil; com uma visão estatal da política). A política brasileira está repleta de exemplos, e é mesmo uma das mais caras tradições do liberalismo nacional, de partidos estatais (inclusive na sua ideologia), por isso mesmo voláteis e descartáveis historicamente.

Poderíamos concluir, concordando com um trecho da tese da Articulação abordando esta mesma questão, que "evitamos a falsa contraposição, proposta por alguns, entre 'partido de interlocução' e 'partido dirigente', que se estabelece quando reduzimos o papel do partido a um mero apresentador de projetos à sociedade, pretendendo assim diluir seu caráter de classe e desqualificá-lo como instrumento decisivo para disputa do poder". □

As tendências e a construção partidária

José Corrêa

A discussão do PT sobre a construção partidária tem no tema das tendências um de seus pontos mais complexos e polêmicos. De um lado, o PT, num processo que é um exemplo para grande parte da esquerda internacional, consolidou-se como um partido pluralista, mantendo em seu interior diferentes tendências, a partir das regras estabelecidas na "Regulamentação das tendências internas". O partido tem, nestes marcos, trabalhado patamares mais elevados de unidade política e avançando na síntese de distintas posições, mas de uma forma *sui-generis*, porque o partido convive com posições bastante heterogêneas no seu interior.

De outro lado, produziu-se no funcionamento do PT o que poderíamos chamar de uma "cultura política" de tendências. O seu funcionamento cotidiano está, em grande medida, determinado pela existência e relacionamento entre as diferentes tendências e suas estruturas orgânicas. Muitas vezes funcionam de fato como foruns de poder dentro do partido, formando uma mentalidade que condiciona o comportamento político e a postura de parte importante dos quadros partidários. Isso faz com que aqueles militantes que não participam de tendência acabem tendo mais dificuldades de militar no PT do que aqueles que integram alguma tendência. A raiz deste quadro interno, porém, não se encontra na existência das tendências, mas na incapacidade do PT definir e implementar uma concepção político-organizativa que coloque a construção partidária em um novo patamar de organicidade. O partido vem conhecendo uma crescente crise organizativa.

Crise organizativa

O PT não se sustenta pela contribuição financeira de seus filiados mas pelos parlamentares; não dispõe de uma rede de instrumentos de comunicação e imprensa; os diretórios se esvaziam e a cada ano tem mais dificuldades de serem reativados; não dispõe de uma estrutura nacional de formação; e, principalmente, não organiza partidariamente sua base militante. Este quadro produz um vácuo onde muitos militantes vão procurar em outros espaços que não nas estruturas do partido as respostas para suas demandas político-organizativas. Se o PT como partido não cumpre estas funções elas acabam sendo transferidas para tendências, gabinetes parlamentares, correntes sindicais, centros de assessoria, etc.

É só a partir deste diagnóstico que podemos entender e trabalhar a superação da atual cultura política do PT. Trata-se, a partir daí, de elaborar uma política para, de um lado, trazer para dentro do partido as decisões fundamentais dos centros de poder que estão se desenvolvendo à sua margem (prefeituras, sindicatos, mandatos parlamentares) e esvaziando-o de parte de suas atribuições. De outro, de capacitar o PT para desempenhar as funções de organização, formação e alimentação política de uma ampla estrutura militante, papel ainda hoje em parte suprido pelas tendências.

Debate do 1º Congresso

Mas há um pressuposto para o PT resolver estes problemas. É o partido superar de forma inequívoca as concepções de fundo autonomista ou liberal profundamente arraigadas em muitos quadros partidários (como aqueles que subscrevem a tese **Um projeto para o Brasil**), que trabalham ativamente contra a idéia de um partido baseado na militância organizada, que desempenhe um papel dirigente, "intervindo" nos movimentos sociais. Estas correntes acabam cumprindo hoje um papel muito negativo para a construção do PT, na medida em que contribuem para congelá-lo num patamar orgânico muito rebaixado.

A tese da **Articulação** apresentada ao 1º Congresso, de outro lado, tem principalmente o mérito de apontar a unilateralidade

daqueles que contrapõem a "interlocução" do partido com os movimentos à seu papel dirigente. Mas falta uma visão coerente de estruturação partidária: ela privilegia atacar timidamente a autonomização dos centros de poder, mas é incapaz tanto de elevar a construção do partido para um novo patamar de organicidade e centralização quanto de superar a cultura política das tendências no PT.

A questão das tendências aparece aí dentro de uma preocupação correta de unificar a intervenção do partido e romper com "o monopólio da vida partidária pelas tendências", que "bloqueiam a vida interna do partido". Porém, depois de fazer uma defesa do caráter pluralista do PT e reafirmar o direito de tendência, distinguindo-o daquilo que o texto da Articulação chama de "fração pública" - isto é, tendências que externalizam para a sociedade ou os movimentos posições diferentes daquelas do partido (quanto este adota um posicionamento) - adota uma nova "visão sobre o que constitui uma tendência". "Para nós tendências internas são agrupamentos de militantes que se reúnem em torno de plataformas políticas (gerais ou setoriais), formando-se e desfazendo-se a cada momento de decisão". E se as tendências não podem ter um caráter permanente mas necessariamente transitório, nada mais coerente que se proíba todos os elementos que podem permitir seu caráter permanente: "não poderão, assim, possuir disciplina própria, relações internacionais, sedes, jornais, finanças etc".

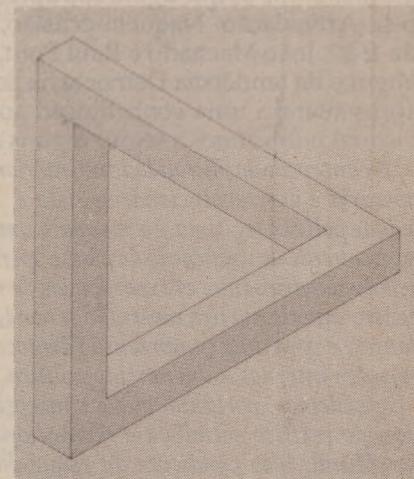
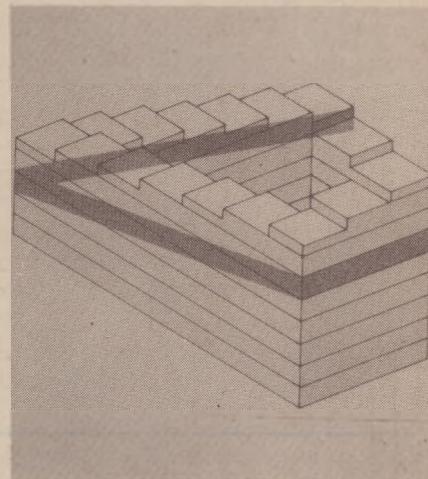
Tendências só de vez em quando

Na lógica do documento da Articulação a ruptura com o atual padrão de funcionamento do PT e das tendências existentes em seu interior é assim resolvido negativamente, estabelecendo-se que elas só poderão ser "agrupamentos de militantes... formando-se e desfazendo-se a cada momento de decisão", e não positivamente, criando condições para que o PT incorpore em sua vida cotidiana as funções que elas ainda cumprem. Propõe-se aí eliminar a regulamentação de do direito de tendências que, fruto de quase uma década de polêmicas, foi aprovada há pouco mais de um ano e ainda é praticamente desconhecida da maioria da militância partidária. E isso sem um balanço mais sério de em que medida ela foi aplicada ou está sendo cumprida.

Um dos elementos dessa concepção do que é uma tendência pode ser a não superação de uma visão sobre o tema muito difundida em grande parte da esquerda revolucionária até os anos 70. Aí, a visão não era o monolitismo típico dos PCs, mas de partidos que não aceitavam em seu interior correntes estruturadas de forma permanente. A existência de agrupamentos de militantes que se formam antes dos momentos de decisão é aí vista como praticamente inevitável.

O que caracteriza o direito de tendência real (e não apenas formal) é justamente o reconhecimento do direito de - no campo das definições programáticas e das normas estatutárias básicas do partido - tendências poderem se estruturar em bases estáveis e disporem de condições de expressar suas opiniões e lutar por suas posições em torno dos pontos que definirem. É perfeitamente legítimo restringir escrupulosamente a expressão das tendências ao interior do partido, bem como criar instrumentos partidários de discussão entre as diferentes posições.

Mas não é legítimo proibir as tendências de se estruturarem para tentarem convencer os demais militantes do partido de suas posições. Se para isso elas quiserem se dotar de instrumentos internos à militância partidária, levantarem finanças, se organizarem, é seu direito - bastando que respeitem as obrigações estipuladas para a militância do partido como um todo. A alternativa de se estabelecerem proibições é muito mais perigosa, como tem mostrado a história da esquerda (ver, no texto a seguir, como a posição da Articulação é, em sua formulação, semelhante a aquela



A posição do texto da Articulação é tendências sim, mas só de vez em quando.

adotada por Lenin em 1921 - a idéia de tendência admitida apenas nos momentos de decisão).

A questão internacional

No tocante ao ponto das relações internacionais, regulamentação do direito de tendências aprovada proíbe qualquer subordinação orgânica de tendências do PT à correntes internacionais (do tipo centralismo ou iniciativas políticas autônomas para fora do partido). O que ela prevê são dois elementos: o intercâmbio de discussões e a possibilidade de uma corrente do PT a partir de uma discussão internacional fazer propostas de ação (campanhas, iniciativas, etc) para a direção do partido. É isso que está se propondo suprimir?

Na verdade, o ideal - que inclusive não é contraditório com a manutenção da atual regulamentação mas, pelo contrário o seu desenvolvimento lógico - é que o partido como um todo (através da direção) incorpore mais o conjunto das relações internacionais estabelecidas por seus componentes, envolvendo em cada caso nestas relações os setores com vínculo especial com esta corrente, aquele partido ou movimento.

Um partido de esquerda com ampla influência de massas é sempre um partido dotado de uma importante heterogeneidade política. Porque a heterogeneidade de experiências políticas, visões sociais de mundo e interesses presentes no campo popular se expressam no partido de forma direta ou indiretamente, como disputa em torno de lideranças, personalidades ou "notáveis" ou em torno de plataformas políticas compatíveis com o programa partidário. Podemos dizer que todo partido de massa tem suas alas "direita" e "esquerda", seu "centro" e, em processos de radicalização do movimento de massas, vertentes "esquerdistas". Correntes deste tipo obviamente não "se formam e desfazem a cada momento de decisão". O que em geral acontece é que estas correntes não têm o direito de se organizar abertamente. O direito de

tendência visa justamente tornar este processo mais democrático e transparente, suscetível de um controle coletivo pelo partido como um todo.

Partido de "notáveis"?

Na verdade, o PT vive hoje uma conjuntura de transição interna que parece relativizar o caráter mais permanente das tendências partidárias. O impacto das transformações no cenário internacional provocou uma ampla recomposição política no seu interior, eliminando as fronteiras que separavam algumas das tendências previamente existentes. Mas daí a propor a dissolução de todas as atuais tendências vai uma grande distância. A menos que se considere que o congresso equacione toda as questões de caráter programático - tarefa hoje impossível de realizarmos e inclusive incorreta de se propor nestes termos - não é razoável supor que deixarão de existir de uma hora para outra reflexões diferentes sobre toda uma série de questões que só debates, aprendizado e a própria experiência histórica é que vão propiciar um terreno comum de elaboração partidária.

Na verdade, a idéia de que **tendências sim, mas só de vez em quando**, poderá conduzir unicamente a que as articulações se dêem, numa escala muito maior do que hoje em torno exclusivamente de gabinetes parlamentares, prefeituras, centros de assessoria ou correntes sindicais "autônomas". Poderá também reforçar cada vez mais o papel de personalidades e "notáveis" dentro do PT, reforçando uma dinâmica "liberal" de partido. Não é por acaso que esta é exatamente a concepção do "direito de tendência" daqueles que querem diluir a condição dirigente do PT num "partido de interlocução" com a sociedade. Processos deste tipo, convenhamos, em nada contribuiriam para o avanço da construção e da democracia do partido, esvaziando ainda mais nossa já debilitada estrutura orgânica. □

Um debate antigo

A discussão sobre o tema das tendências é antiga no PT. No debate preparatório do 5º Encontro Nacional do PT, que aprovou a necessidade de regulamentarmos o direito de tendência no interior do partido, surgiram posições como as que agora são apresentadas pela Articulação. Naquela ocasião, outubro de 1987, João Machado e Raul Pont, companheiros da tendência Democracia Socialista, apresentaram uma contribuição ao debate, da qual publicamos a seguir alguns extratos.

"A concepção da pluralidade no interior da classe operária e dos revolucionários, isto é, da diversidade política legítima, é a base para uma política consequente de unificação da classe operária e dos revolucionários (que as experiências da revolução centro-americana têm mostrado serem tão importantes) e para uma compreensão democrática das relações internas a um partido político.

Defendemos, portanto, que a concepção de um partido político socialista e revolucionário deve ser plural. Nas condições da esquerda hoje na maioria dos países um partido revolucionário de massa só pode ser formado com um esforço persistente de unificar distintas correntes políticas. A experiência do PT até hoje confirma amplamente esta tese: o PT não seria o que é se nele não convivessem sindicalistas, militantes de diversas origens da esquerda, militantes do movimento popular, militantes identificados com a Igreja católica e com outras crenças religiosas.

A defesa da pluralidade no interior de um partido como o PT não se contrapõe à necessidade de uma ação política unificada e nem significa, de modo algum, transformar o partido em uma federação de frações. A diversidade interna, que se expressará em um debate permanente e rico, deverá se combinar com a unidade na ação política, respeitando-se as decisões da maioria, evidentemente.

Desta forma, um partido revolucionário deve admitir o direito de existência no seu interior de correntes políticas distintas, de tendências e frações (respeitada, evidentemente, uma unidade básica definida pelo programa do partido).

Da mesma forma que rejeitamos energeticamente a concepção de partido único da classe operária,

rejeitamos a concepção de partido monolítico, que na realidade é um desdobramento daquela (à idéia de um só partido da classe operária corresponde a de única fração operária do partido, e portanto única legítima).

Entendemos por tendência um agrupamento no interior do partido para defender determinadas posições; e por fração um agrupamento também interno ao partido, mas que expressa já um grau maior de luta interna, inclusive se estruturando com uma disciplina própria de fração (que tem, aqui, um sentido diferente do de "fração pública", termo utilizado na discussão deste 1º Congresso pelo texto da Articulação - J.C.).

A experiência histórica registra como primeiro grande momento de proibição de frações em um partido revolucionário as resoluções do X Congresso do Partido Comunista Russo (bolchevique) em 1921. Tratava-se de uma medida tomada em caráter excepcional, num momento em que se temia a divisão do partido, pressionado por uma situação extremamente difícil. Assim, desde a sua fundação, o Partido Operário Social Democrata Russo, e depois o Partido Bolchevique, haviam admitido plenamente não apenas tendências, mas frações organizadas. Isto por si só já é um argumento a favor da existência do direito de tendências e frações: foi com elas que o Partido Bolchevique dirigiu a revolução de outubro e enfrentou o fundamental da guerra civil.

Outra questão interessante a salientar é que a proibição de frações não significou a proibição das tendências: por insistência de Lenin, foi mantido o direito de membros do partido apresentarem plataformas distintas das da direção (o que representa, sem dúvida, uma forma restrita do direito de tendência).

Mas o decisivo nesta questão é que esta decisão do X Congresso do Partido Bolchevique (que se articulou com o estabelecimento de fato do partido único) representou um erro histórico da maior gravidade. Foi um dos elementos que favoreceram a ascensão da burocracia e a consolidação do estalinismo, e todos os seus crimes monstruosos contra o socialismo. Evidentemente, a ascensão da burocracia e do estalinismo foi um processo históri-

co muito complexo, que não pode ser reduzido ao erro do X Congresso. Mas este é um elemento que desempenhou um papel relevante.

Julgamos da maior importância ressaltar este fato, porque a proposta aprovada (por uma escassa maioria) em São Paulo sobre o direito de tendência na verdade aproxima-se numa interpretação benevolente, desta posição do X Congresso. Ainda mais claramente nesta direção manifestou-se o companheiro Vladimir Pomar em artigos no Boletim Nacional do PT, onde defendia como sua a concepção de permissão de tendências apenas eventuais, temporárias, em épocas de Encontros.

Se alguma regulamentação deste teor for aprovada, será um golpe profundo na democracia interna do PT, e colocará em risco todo o seu futuro como partido socialista e revolucionário, o que inclui democrático.

Muitos companheiros que se opõem ao direito permanente de tendência o fazem por achar que isto garantiria maior eficiência ao partido, que a diversidade interna atrapalharia.

Este é um erro muito grande. Não seria mais fácil corrigir erros políticos...se fosse possível um debate democrático?

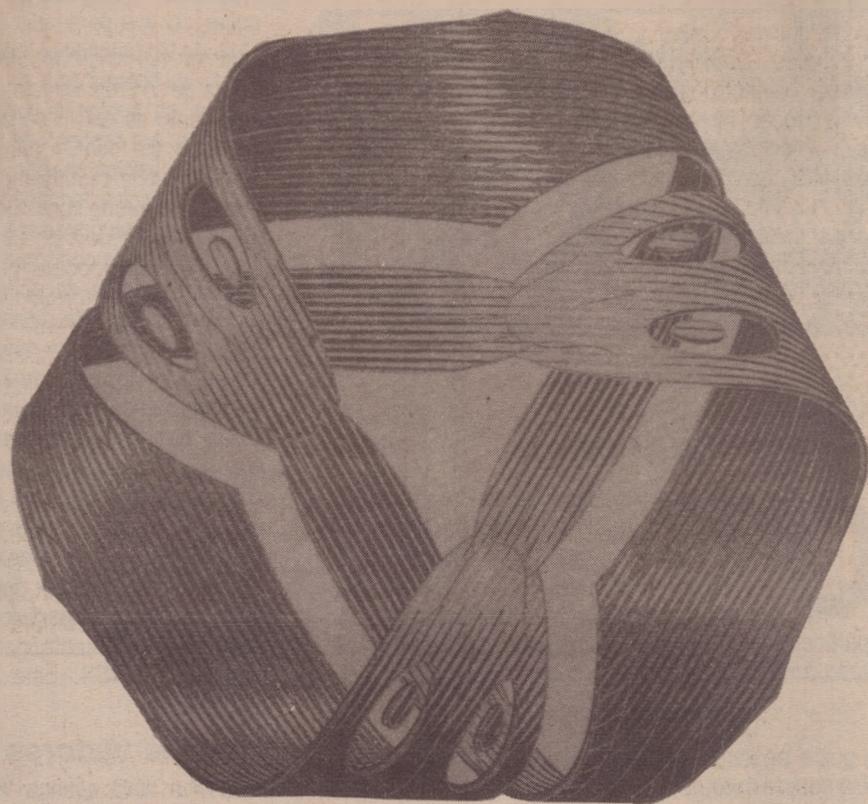
Para o PT, querer proibir ou restringir o direito de tendência ou de fração é um erro tanto mais grave porque o PT é um partido em construção que tem realizado e precisa continuar a realizar um esforço de síntese de correntes políticas de diversas origens.

Por outro lado, não afirmamos que o melhor é termos muitas tendências e frações. É muito diferente defender o direito de tendência (que é uma questão democrática básica) e defender a sua multiplicação.

De fato, quanto mais unificado estiver o partido, melhor. Se pudermos realizar uma síntese de todas as suas correntes será excelente. É justo, portanto, afirmar este objetivo político, este desejo de unidade.

Mas coisa totalmente distinta é querer regulamentar isto administrativamente, obrigar à unidade, obrigar à dissolução das correntes. O que se obteria com isto não seria uma verdadeira unidade, mas justamente um avanço na burocratização, um golpe na democracia".

Voto distrital: armadilha conservadora



Raul Pont

O PT votou favorável a admissibilidade da emenda constitucional que antecipa o plebiscito sobre o regime de governo. A Direção Nacional e a bancada concordaram com a iniciativa, mas discordando que o plebiscito seja efetuado em setembro de 92, simultaneamente às eleições municipais, como quer o PSDB.

Defendemos que a consulta popular se realize em março/abril de 93 para que possamos politizar essa questão junto a sociedade. O plebiscito não pode se transformar em mais uma ilusão como ocorreu com o congresso constituinte, nem soberano e nem democrático de 1988.

Queremos problematizar numa campanha massiva a situação do monopólio dos meios de comunicação de massa, demonstrando que não há democracia sem o controle público e democrático desses instrumentos que hoje manipulam e desinformam a opinião pública.

Queremos mobilizar a população contra o atual sistema eleitoral cuja característica é ser o mais desproporcional do mundo permitindo que um Estado com pouco mais de cem mil eleitores - Roraima - eleja 8 deputados federais e 3 senadores. Enquanto em São Paulo são necessários mais de 550 mil habitantes para eleger um deputado federal. Sobre isso, inclusive, a bancada do PT já apresentou emenda constitucional para corrigir esta distorção (ver E.T. 252).

Voto distrital: arma da direita

Precisamos, também, esclarecer a opinião pública sobre os perigos do voto distrital que a direita apresenta como consequência natural do regime parlamentarista.

Para nós, não há este automatismo e vários regimes parlamentaristas são estruturados com base no voto proporcional. O voto distrital não é sinônimo de regime parlamentar, mas um instrumento que a direita sempre usou para manter sua dominação quando perde terreno no campo eleitoral. O exemplo francês, após o golpe de De Gaulle, é ilustrativo. A esquerda naquele país caiu de um terço para menos de 10% dos votos pela mágica do voto distrital. Na Inglaterra, este sempre foi um elemento para excluir a esquerda do jogo bipartidário de conservadores e trabalhistas. Não só a esquerda ou pequenos partidos são prejudicados. Os liberais,

terceira força partidária inglesa, nas eleições de 1983 fizeram 25,3% dos votos mas conseguiram apenas 4% dos mandatos. Nesta mesma eleição, o Partido Trabalhista beneficiou-se dessa distorção pois com uma votação total semelhante (27,6% dos votos) abocanhou 36,9% dos mandatos. Esses exemplos são ilustrativos dos desvios da representatividade eleitoral.

O voto distrital além de tender ao bipartidarismo forçado da representação social, torna a disputa paroquial e despolitizada. A busca do voto de "todo" o distrito desideologiza a eleição, força o atendimento das reivindicações "gerais" de toda a sociedade e descaracteriza a representação partidária. No nosso caso é evidente o prejuízo que haveria na coesão e homogeneidade do projeto socialista que defendemos.

Perigos do voto distrital misto

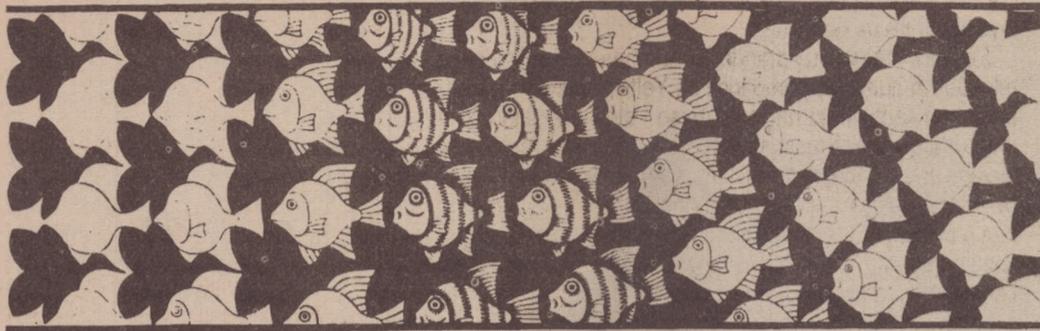
Alguns acreditam que o voto distrital misto - tipo alemão - com base na proporcionalidade poderia ser aceitável e coibiria os privilégios dos comunicadores de TV e rádio ou do poder econômico. Mera ilusão. O poder econômico concentra-se e a desideologização eleitoral se mantém, conduzindo também tendencialmente além de tender ao bipartidarismo ou aos blocos, liquidando com os pequenos partidos. No caso alemão, outra comparação se impõe. Uma realidade é a Alemanha com uma distribuição populacional mais ou menos homogênea e de dimensões territoriais pequenas. Outra, completamente diferente, é o caso brasileiro. País continente que encerra estados com 33 milhões de habitantes (São Paulo) e outros com 200 ou 300 mil habitantes (Roraima, Amapá), para não falarmos nos grandes Estados com baixíssima densidade populacional. As distorções seriam tão grandes ou maiores do que a desproporcionalidade atual.

Para finalizar, é bom lembrar que as propostas de voto distrital misto que tramitam na Câmara (José Serra do PSDB e João Mendes do PTB) não são de base proporcional, mas excludentes e prejudiciais aos setores populares. O PT não pode criar nenhuma ilusão nem defender o voto distrital. O sistema proporcional é o mais representativo e democrático meio de expressão eleitoral, garante as minorias e politiza os processos eleitorais pela dimensão nacional que assume.

Tergiversar ou criar confusão sobre esse sistema apenas levará água para o moinho do conservadorismo. □

*Com o voto distrital,
a esquerda francesa
passou, de um terço
para menos de
10% dos mandatos.*

Golpe conservador, golpe liberal



David Seppo

Os acontecimentos bizarros que ocorreram na URSS de 19 a 21 de agosto levantam um grande número de questões para as quais, com base na informação hoje disponível, não temos respostas. Não devemos, portanto, tomar as aparências pela realidade ou tirar conclusões definitivas. Contudo, a informação disponível sugere a seguinte análise.

Porque agora ?

O golpe pegou quase todo mundo de surpresa. Seu planejamento e execução foram tão desastrosos que somos quase tentados a crer que mesmo seus autores foram surpreendidos. Claro, falou-se muito em golpe de Estado nos últimos dois anos. Os conservadores periodicamente tomaram a ofensiva contra Gorbachev nas altas esferas do partido. Mas fracassaram em todas as ocasiões. Neste período, Yeltsin e seus aliados acumularam vitórias, fortalecendo-se com cada novo ataque dos conservadores contra eles. Isto explica o caráter imprevisto do golpe, apesar de todos os sinais e, inclusive, a advertência pública lançada uma semana antes por Yakovlev, um antigo assessor de Gorbachev.

Entretanto, retrospectivamente, não é difícil explicar as razões do golpe assim como a escolha do momento. Gorbachev rompeu bruscamente, no outono de 1990, sua aliança então recentemente concluída com Yeltsin e os liberais, se voltando para os conservadores, não somente a nível de suas políticas, mas sobretudo com a nomeação de diversos conservadores para postos importantes, vários dos quais estiveram na cabeça do golpe. A virada de Gorbachev era, em parte, motivada por sua crença nas enormes consequências econômicas e sociais da "terapia de choque" proposta pelos liberais (o plano dos 500 dias). Entretanto, à luz dos acontecimentos de 19 de agosto, parece agora que - como Allende nos últimos meses de governo - Gorbachev tentou evitar uma ruptura com os conservadores e afastar o perigo do golpe fazendo-lhes concessões políticas e colocando seus representantes no governo. Foi isso que provocou a "declaração de guerra" de Yeltsin contra Gorbachev em fevereiro de 1991.

Gorbachev equilibrista

Gorbachev gosta de se apresentar como "centrista". Devido à polarização crescente da realidade soviética, isso significa que ele dispõe de uma base política muito estreita. Ele só se manteve tanto tempo como dirigente porque tanto os liberais como os conservadores acreditavam que podiam utilizá-lo. Os liberais viam nele o dirigente da ala reformista da burocracia, com o qual podiam se aliar, e o homem que podia controlar o aparelho e em particular as forças repressivas. Quanto aos conservadores, não tinham nenhum programa alternativo e viam Gorbachev como um homem de certa envergadura, que poderia servir de muralha contra uma vitória total dos liberais.

Gorbachev perdeu seu valor para os conservadores

quando se alinhou com o programa liberal no verão de 1989. A pressão conservadora cresceu e com ela o perigo de um golpe - o que persuadiu Gorbachev a voltar ao "centro". Quando Gorbachev pareceu se aliar com os conservadores, foram os liberais que se voltaram contra ele. Eles não podiam se apoiar na ameaça da força armada. Mas os mineiros, por razões que apenas parcialmente coincidiam com os objetivos liberais, entraram em greve em março e abril para exigir a demissão não somente de Gorbachev mas também de seu governo e do parlamento soviético.

Confrontados com pressões políticas crescentes, com a falência evidente da política econômica do governo e a aceleração geral da desintegração do país, Gorbachev e Yeltsin concluíram um novo acordo. Este tomou a forma da "declaração dos dez", de 23 de abril, feita por Gorbachev e os dirigentes de nove repúblicas, prometendo um tratado da União com um papel maior para as repúblicas e novas eleições democráticas para o parlamento soviético. Era claramente afirmado que a adesão à União seria estritamente voluntária. O poder central seria muito fraco; mesmo seu direito de cobrar impostos não estava assegurado.

Apesar de existirem diversos interesses implicados no golpe, os principais participantes representavam os interesses mais estreitamente ligados à preservação da integridade estatal da URSS. Este foi o elemento unificador da conspiração.

Conservadores contra Gorbachev

Com a nova aliança Yeltsin-Gorbachev, este perdeu completamente sua utilidade para os conservadores. Uma tentativa de golpe legal teve lugar no dia 14 de junho, quando o primeiro ministro Pavlov, um dos oito dirigentes iniciais do golpe, solicitou ao parlamento poderes especiais para enfrentar a crise econômica. Pavlov recebeu o apoio de três outros futuros conspiradores, o chefe da KGB Kriochkov, o ministro do interior Pogo e o ministro da defesa Yazov. Gorbachev contra-atacou dizendo que o pedido de Pavlov era irrefletido e acusando as forças conservadoras de quererem desestabilizar as relações entre o presidente, o governo, o parlamento e as repúblicas. Gorbachev mais uma vez tinha ganho a batalha no parlamento.

Com os meios legais esgotados, restava apenas a força. Aparentemente, o momento do golpe foi escolhido para surpreender Gorbachev em férias e para impedir a assinatura do tratado da União, previsto para 20 de agosto. Além do primeiro ministro e dos dirigentes dos principais aparelhos de repressão, entre os conspiradores estavam o vice-presidente Ianaev, antigo dirigente da federação dos sindicatos, que substituiria Gorbachev "doente". Ianaev personifica a ala conservadora da administração civil, aqueles que não tem o talento exigido para sair do período de reformas com seus privilégios intactos. Starodobtsev, presidente do sindicato dos agricultores, provavelmente procurava representar o setor agrícola e sobretudo os gestores conservadores. Baklanov, secretário do conselho de defesa, era um adversário declarado da redução do orçamento militar. Tisiakov, presidente da associação das empresas estatais, era a contrapartida industrial de Starodobtsev.

Amadorismo

A maior questão sem resposta é a organização amadorística do golpe. Nenhum adversário potencial importante do golpe foi preso, salvo Gorbachev. Decorreram cinco horas entre o anúncio do golpe e o aparecimento das forças armadas em Moscou. Os dirigentes do golpe não asseguraram o controle dos transportes, das telecomunicações (impressionante, os meios de comunicação de massa estrangeiros puderam transmitir a partir do parlamento russo sitiado; os noticiários nacionais da televisão transmitiram o apelo de Yeltsin para a resistência ao golpe, em 19 de agosto) ou da rede elétrica.

É difícil interpretar tudo isso como "erros". A KGB pode ser muitas coisas, mas não amadora. Os conspiradores es-

Gorbachev manteve-se tanto tempo porque tanto os liberais como os conservadores pensavam utilizá-lo.

tavam, talvez, indecisos, uma postura fatal em qualquer golpe, porque eles não conseguiram assegurar a lealdade dos principais aparelhos de violência, e particularmente do exército. Desde o início, alguns dos principais responsáveis militares recusaram seu apoio ao golpe, e inclusive os comandantes da aviação, das unidades da frota do Báltico estacionada em Leningrado, do distrito militar de Leningrado, um dos principais comandantes dos pára-quedistas, cujas tropas de elite eram essenciais ao sucesso do golpe e os comandantes de duas das quatro divisões de guarda do distrito de Moscou. Mesmo certas unidades das tropas do ministério do interior se posicionaram contra o golpe. A maioria esmagadora dos oficiais do exército parece ter permanecido neutra.

Mas isso não explica porque os conspiradores foram adiante, apesar desta grande fraqueza. Talvez pensassem que, devido ao profundo descontentamento da população e do exército, eles poderiam colocar a URSS perante um fato consumado.

Partido culpado por associação

Pavlov e Yazov já tinham se retirado no segundo dia do golpe. Forças políticas conservadoras como a fração Soyuz do parlamento se recusaram a apoiar o golpe. Seu dirigente, o coronel Alksnis, disse que simpatizava com os objetivos do golpe mas não podia aceitar a sua ilegalidade (apesar disso, o governo letão emitiu um mandado de prisão contra ele). Todos os conspiradores eram membros do partido, mas a burocracia do partido não estava representada como tal entre eles, o que reflete o declínio dramático de seu poder político nos últimos anos. Entretanto, a direção do PCUS não tomou posição contra o golpe.

Papel de Yeltsin

São a fraqueza política e as divisões internas dos conspiradores que explicam a rápida derrota do golpe, e não a resistência popular ou a firmeza de Yeltsin, como afirmaram a mídia soviética e estrangeira. O papel real de Yeltsin parece ter-se limitado a fazer declarações públicas de resistência. Ele, entretanto, serviu de símbolo de resistência para os indecisos e os adversários do golpe. Para isso foi necessário, certamente, uma coragem pessoal de sua parte, se bem que estaria enterrando sua carreira política se tivesse agido de forma diferente. É igualmente provável que no momento em que Yeltsin fez sua primeira declaração pública, mais de cinco horas após o anúncio do golpe, ele já sabia que os conspiradores enfrentavam sérios problemas e que numerosos chefes militares recusavam juntarem-se a eles. O presidente americano certamente sabia disso. O apelo de Yeltsin para a greve geral permaneceu sem resposta, salvo da parte dos mineiros. Parece que nem ele nem seu governo tomaram medidas concretas para organizarem a greve. De fato, é curioso que no primeiro dia do golpe, Yeltsin tenha convocado uma sessão especial do parlamento para 21. Se o golpe não tivesse terminado tão rapidamente, isso teria simplesmente facilitado a prisão dos deputados tolos o bastante para comparecerem. Teria sido mais lógico pedir aos deputados que permanecessem em seus distritos para organizar a resistência popular.

Até aqui, nada indica que Yeltsin tenha tomado a menor medida para mobilizar a população. A massa reunida diante do parlamento russo, talvez 150 mil pessoas no momento culminante - mas na maior parte do tempo cerca de vinte mil pessoas (contra um milhão na praça Tien An Men) - reteve toda a atenção da mídia ocidental. Mas ela não teria se constituído num obstáculo importante se os dirigentes do golpe tivessem sido mais resolutos. Seria suficiente cortar a eletricidade e as comunicações, isolando o parlamento enquanto se consolidava o golpe no resto do país.

Um teatro irreal

Salvo por três mortos, todo o episódio carrega a marca irreal de um teatro político. Mas se o golpe era uma farsa, ele foi seguido de um superespetáculo como aqueles da Broadway, com fogos de artifício, desfaldamento de uma bandeira russa pré-revolucionária gigante na Praça Vermelha, estátuas derrubadas profissionalmente por operários da construção e um coro de 100 mil pessoas para celebrar a nova estrela, Boris Yeltsin.

Claro, Yeltsin e os liberais saem muito fortalecidos destes acontecimentos. No segundo dia do golpe, um observador um pouco cínico de Leningrado predisse que o golpe conser-

vador seria seguramente seguido de um golpe liberal. Os conservadores, já muito fracos no começo como o golpe mostrou, estão acabados como força política. Isso inclui o Partido Comunista, que Yeltsin acusou, injustamente, de ser o autor real do golpe. Yeltsin não perdeu tempo, suspendendo as atividades do Partido Comunista Russo. Ele foi proibido nos países bálticos. Gorbachev, que afirmou pateticamente sua lealdade ao partido depois do golpe para logo em seguida pedir sua dissolução, não conserva nenhuma base de apoio, salvo talvez aquela que as repúblicas lhes deixem. Isso será muito pouco: mesmo o exército será provavelmente dividido entre as repúblicas.

Estas últimas vão ter grandes problemas para definir suas relações mútuas. Os partidários de Yeltsin cultivam assiduamente o sentimento nacional russo - algo que sempre foi muito fraco entre os russos étnicos, ao menos nas regiões de maioria eslava, apesar dos esforços anteriores de Stalin para reviver as velhas tradições tzaristas. As outras repúblicas, muito menores que a Rússia, podem achar suas relações com um gigante nacionalista russo ainda mais difíceis do que com o antigo governo central, que ao menos tinha um certo compromisso com a redistribuição de riquezas para as regiões mais pobres, o que é agora condenado como "nive-lamento". Certos deputados do parlamento russo já estão exigindo que a presidência da União seja reservada a um cidadão russo. A Rússia de antes de 1917, cuja bandeira é agora exibida através de Moscou, era conhecida como uma prisão de povos.

E a classe trabalhadora?

O golpe não foi derrotado pela mobilização popular, que na realidade foi quase mínima. Uma questão crucial é porquê. Mesmo as massas moscovitas que participam regularmente das mobilizações pró-Yeltsin dificilmente ultrapassam 100 mil pessoas. Que pensam os outros 8,9 milhões? E as dezenas de milhões no resto do país? Por que a postura de expectativa dos trabalhadores frente ao golpe? Refletiria uma percepção de sua fraqueza?

Estas questões são cruciais, porque os próximos meses verão a introdução acelerada de reformas mercantis. A derrota do golpe sem a mobilização popular certamente reforça a autonomia de Yeltsin e dos liberais neste plano. No momento eles estão menos dependentes do apoio popular e terão suas próprias forças repressivas e burocracias leais. Eles já estão bem colocados para tentar seu próprio golpe. Os decretos presidenciais de Yeltsin se sucedem num ritmo fulminante.

De outro lado, não será mais possível culpar os comunistas e a ausência de reformas reais pela deterioração da situação econômica, que agora vai seguramente se acelerar junto com as orgias da máfia econômica e das privatizações ilícitas. Não haverá mais provocações conservadoras para alimentar a popularidade dos liberais. A reforma mercantil vai deixar de ser uma questão simbólica abstrata para a classe trabalhadora (a promessa de salários e de um nível de vida ocidental), permitindo-lhes finalmente definir sua posição face ao mercado com base na experiência concreta. E já claro que a derrota do golpe, apesar da mobilização popular limitada, deu à população um certo sentido de sua própria força e de seu peso político, o que cinco anos de declínio econômico não permitiram.

A população permanecerá expectadora essencialmente passiva das transformações vindouras, como é o caso até agora da Europa Oriental? Ou seguirá o exemplo dos mineiros para se organizar em defesa de seus interesses e tornar-se construtora do seu próprio destino? Estas são questões chaves que encontrarão sua resposta no novo capítulo da história soviética aberto pelo golpe fracassado.

23 de agosto de 1991

David Seppo é analista político e especialista em temas da União Soviética.



O golpe não foi derrotado pela mobilização popular, que foi mínima.

Mercosul: promessa ou ameaça?



A integração permitirá obter produtos mais baratos, mas pode gerar um expressivo desemprego.

O processo de integração latino-americana, que desemboca no surgimento do Mercosul, teve seu início nos acordos bilaterais assinados pelos presidentes Sarney e Alfonsín em 1985. Estes acordos se desdobravam em 24 protocolos que regulamentavam o processo de progressiva integração entre Brasil e Argentina, que juntos somam quase 50% do PIB do continente.

Com estes protocolos estabelecem-se os termos de intercâmbio em vários campos da economia (produtos agrícolas, máquinas e equipamentos, formação de empresas binacionais, energia, transportes, etc...) e se estabeleciam os métodos e prazos para uma progressiva integração das economias do Cone Sul. A idéia era ir abrindo caminho para uma integração completa a médio e longo prazo, o que significava preparar as economias para a livre circulação de mercadorias, de capital e de mão-de-obra entre os países do continente.

Em 1991, com os novos governos eleitos nos dois países, o processo se acelera. O estabelecimento do mercado comum, previsto anteriormente para o ano 2.000, foi adiantado para 1995. Em março deste ano, em Assunção no Paraguai, é assinado o tratado do Mercosul, que inclui no processo de integração, além de Argentina e Brasil, também o Paraguai e o Uruguai.

O significado da integração

A integração é apresentada como um processo que vai favorecer todos os países e todos os grupos sociais, contribuindo para a recuperação econômica do continente. De fato, a ampliação dos mercados realmente pode permitir um crescimento econômico, permitindo que se ampliem as vendas das empresas, dinamizando o comércio e a indústria.

No entanto, o que se deve questionar é se este crescimento econômico vai de fato se reverter em um aumento do bem estar social nos países envolvidos. O exemplo da economia brasileira na época do "milagre" nos mostra que o povo nem sempre se favorece com o sucesso dos negócios.

E é esta a tendência que se desenha para o processo de integração materializado no Mercosul. Até agora, pela forma com que vem sendo conduzida a integração, apenas os grandes grupos econômicos dos países envolvidos é que têm participado das discussões sobre a implementação do projeto. Estes grupos, que já controlam as economias de cada um dos países, é que têm participado da elaboração e da condução do processo de integração. Não é à toa que a Ford e a Volks já tinham, antes mesmo dos acordos de 85, constituído a Autolatina que gerencia seus negócios na América Latina.

Por isso podemos prever que a integração vem sendo conduzida de forma a ampliar os negócios e os lucros empresariais, concentrando os benefícios da ampliação do mercado nas mãos do grande capital. A abertura dos mercados vai sucatear uma boa parte do parque industrial dos nossos países, especialmente as pequenas e médias empresas que serão submetidas à concorrência externa. E, visto que no Brasil estas empresas são responsáveis por 70% da mão-de-obra industrial, podemos prever um aumento do desemprego no setor. A integração, portanto, se por um lado vai nos permitir obter produtos estrangeiros mais baratos, por outro pode gerar um expressivo desemprego. Isto é ainda mais significativo na economia gaúcha, que em muitos pontos é similar à argentina e uruguaia, sendo mais atingida pela concorrência.

Além disso, a concorrência e a competitividade vão crescer com a abertura dos mercados. Com isso as empresas serão pressionadas a baixar seus custos de produção. No Brasil, como sabemos, cortar custos em geral significa arrochar salários e eliminar postos de trabalho. A baixa produtividade da indústria brasileira vai fazer com que a competitividade seja conquistada às custas de salários e condições de trabalho.

Por fim, no campo a integração colocará em dificuldades ainda maiores uma ampla parcela dos pequenos e médios proprietários rurais. Nas áreas do trigo, leite, laticínios, avicultura, suinocultura e outras, a concorrência dos nossos irmãos do Prata vai ser mortal, em função da maior produtividade destas atividades nos outros países. Todas estas questões estão sendo desconsideradas pelos burocratas que conduzem o processo de integração.

A integração e o Plano Bush

Na verdade, o Mercosul está inserido num processo mais amplo de mudanças na economia mundial. Só assim podemos compreender seu verdadeiro significado. A onda neoliberal que hoje varre o mundo está por trás das iniciativas que hoje dão a linha para a integração.

A integração latino-americana foi inicialmente pensada como um processo dos países da América do Sul. Contudo o crescimento da concorrência mundial e a formação de grandes blocos econômicos (a Comunidade Econômica Européia e o Japão e demais países da Ásia), levou os Estados Unidos a tentar consolidar sua hegemonia sobre o nosso continente na forma da criação de um plano econômico americano, sob controle dos EUA. O chamado Plano Bush expressa esta vontade.

Além disso, com a eleição de governos de orientação neoliberal (Collor, Menem, Fujimori, Lacalle) o processo de integração vem associado, no Cone Sul, a uma série de medidas de corte anti-popular. Privatizações, abertura ainda

maior para o capital estrangeiro, abertura dos mercados para produtos americanos, eliminação de benefícios e legislação social, são medidas que acompanham o processo de integração tal como vem sendo conduzido.

É de se esperar, portanto, que a integração econômica que poderia ser um instrumento de crescimento e emancipação da economia latino-americana se torne apenas um processo que amplie ainda mais nossa dependência e submissão ao capital internacional.

A condução do processo

Se observarmos a forma pela qual a integração vem sendo conduzida, veremos que estas suspeitas tem grande fundamento. Até agora não houve qualquer discussão com a sociedade a respeito das medidas que vem sendo tomadas. Protocolos são implementados, tratados são assinados, e a maioria da população sequer foi informada do que está acontecendo.

Apenas os grandes grupos empresariais e as entidades patronais têm sido convidadas e participam da discussão de acordos e da definição das listas de produtos que podem ser importados sem taxas. Os burocratas do governo, em conjunto com as cúpulas empresariais, são os únicos que realmente conhecem a fundo e conduzem o processo de integração.

Este atropelo à democracia justifica claramente as suspeitas do movimento sindical de que a integração está sendo conduzida a partir de interesses anti-populares. Sem controle da sociedade civil organizada é certo que os lucros da integração serão apropriados pelos grandes grupos empresariais, enquanto os custos em termos de arrocho salarial, ataque às conquistas sociais, desemprego e falência de pequenos produtores rurais serão pagos pelo povo.

Ação sindical frente à integração

A CUT vem acompanhando através das Secretarias de Política Sindical nacional e estadual o processo de constituição do Mercosul. Realizamos encontros e reuniões com as centrais sindicais da Argentina e Uruguai. Realizamos seminários dos setores e categorias envolvidas mais diretamente no processo (rurais, alimentação, metalúrgicos). Aqui no RS várias atividades deste tipo foram realizadas desde 89.

A CUT/RS além destes seminários constituiu uma equipe composta de técnicos (economistas, sociólogos, pesquisadores) e dirigentes sindicais que vêm discutindo e estudando este tema. Esta discussão, contudo não foi ainda assumida pelo movimento sindical e muito menos atingiu a base das categorias envolvidas.

O acúmulo da discussão até agora levou às seguintes conclusões:

a. Não somos contra a integração dos países latino-americanos, desde que esta se fizesse a partir dos interesses populares.

b. O processo, tal como está sendo conduzido, tem um conteúdo extremamente anti-popular, voltado sobretudo para viabilizar a retomada do processo de acumulação baseado no grande capital.

c. O Plano Bush e a orientação neo-liberal das propostas de integração significam uma submissão ainda maior do continente à hegemonia do capital norte-americano.

d. O movimento sindical deve exigir uma participação da sociedade civil organizada na discussão da integração, para que este se realize de forma transparente e democrática.

e. Devem ser adotadas medidas econômicas que neutralizem os impactos sociais negativos da integração.

Propostas:

1. O congresso da CUT denuncia o caráter anti-popular e o projeto de integração, tal como vem sendo conduzido. A integração de nossos países, necessária e desejável, só pode se dar através da garantia da democracia do processo e da soberania nacional dos povos envolvidos.

2. O congresso aprova a diretriz da direção nacional e estadual no sentido de manter e aprofundar a discussão do tema, buscando fazer com que esta discussão atinja as bases das categorias envolvidas e o conjunto do movimento sindical.

3. O congresso determina que a CUT assuma a responsabilidade de abrir esta discussão com os demais setores populares e com a sociedade civil organizada, de forma a criar bases políticas para que a população possa influir de forma decisiva sobre o processo. □

Os trabalhadores e o Mercosul. Resolução do CECUT do Rio Grande do Sul de julho de 1991.

A integração poderia ser um instrumento de crescimento e emancipação econômica latino-americana.

Os EUA e os acordos de livre comércio

Kim Moody

Com um acordo de livre comércio norte-americano sendo rapidamente concluído entre o México, Canadá e Estados Unidos, os movimentos sindicais destes países enfrentam um quadro de rápida mudança.

A nova ordem econômica mundial que emergiu nos anos 80 se mantém como um sistema relativamente fechado, dominado pelas nações industriais avançadas e por um punhado de países do Terceiro Mundo que desenvolveram sua infraestrutura industrial o suficiente para participar da constituição de uma produção internacionalizada. Em 1985, os países imperialistas responderam por 81,6% do valor agregado manufaturado mundial (exceto o ex-bloco soviético). 75% do investimento estrangeiro direto originase de cinco países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão, Alemanha e França. Cerca de 90% das mercadorias exportadas pelas economias de mercado do Terceiro Mundo originam-se de dez nações: Hong Kong, Singapura, Taiwan, Coreia do Sul, Brasil, México, África do Sul, Malásia, Indonésia e Índia.

As principais potências econômicas estão, ao mesmo tempo, avançando para a criação de três blocos econômicos centrais: o Mercado Único Europeu posterior a 1992; um bloco norte-americano conduzido pelos Estados Unidos; e um bloco da Ásia oriental, conduzido pelo Japão. As principais corporações de cada bloco esperam agrupar em torno de si recursos e sistemas de produção de custo-efetivo capazes de competirem no seio dos

três blocos e no mundo em geral. Cada um dos principais atores nacionais tem uma região contígua ou próxima na qual é possível contar com uma produção a baixo custo: México, Brasil e outros países latino-americanos no caso dos EUA; o sul e o leste da Europa no caso da Alemanha e da Europa ocidental; as nações do leste e do sudeste da Ásia no caso do Japão.

Blocos e integração

Dentro de cada bloco, o principal mercado consumidor continua sendo o dos países mais desenvolvidos, enquanto que os países subdesenvolvidos próximos são fonte de força de trabalho barata para sistemas de produção "descentralizados", que incluem fontes externas e subcontratações. Diferente da concorrência baseada em blocos comerciais protecionistas que dominou o mundo entre a I e a II Guerra Mundiais, estes três blocos estão profundamente integrados uns aos outros em termos de investimentos, comércio e, inclusive, produção. Enquanto aqueles blocos dos anos 20 e 30 fragmentaram uma economia mundial previamente integrada, comercialmente falando, os blocos atuais estão acelerando a integração.

Para as corporações globais emergentes, o ex-bloco soviético está se tornando cada vez mais uma plataforma de lançamento para os mercados mundiais em lugar de ser uma base de operações. Estes atores corporativos são crescentemente "desestatizados", no sentido de que a maior parte de suas vendas - assim como as facilidades de produção com que contam e, em alguns casos, suas sedes centrais - já não estão em sua nação de

origem. Ainda que operando dentro de muitos mercados nacionais, estas corporações globais estão fora do controle de qualquer Estado Nacional. Suas operações, ligadas internacionalmente, constituem um motor central do comércio - 55% do comércio dos Estados Unidos deve-se aos investimentos estrangeiros nos EUA ou aos investimentos americanos no estrangeiro.

O caso do México

Dos dez principais países produtores do Terceiro Mundo, o México é o mais estreitamente integrado na economia dos Estados Unidos: é o seu terceiro importador, atrás do Canadá e do Japão, e o quarto exportador para os EUA, atrás do Canadá, Japão e Alemanha. Os EUA respondem por 70% do comércio externo anual do México.

Apesar do grosso do investimento americano direto dar-se no Canadá e Europa, o México é o segundo país do Terceiro Mundo em termos de investimentos industriais dos EUA (em 1987: México US\$ 4 bilhões; Brasil 7,7; e Ásia em seu conjunto 5,3 bilhões). Um poucas corporações mexicanas também invertem nos EUA. Isso se dá, em grande parte, através da compra de empresas. Cemex é hoje a maior produtora de cimento dos EUA e Vitro a segunda maior companhia processadora de vidro. Mas geralmente a integração se dá em uma só direção, baseada principalmente nas "maquiladoras" (empresas industriais instaladas no México, próximo à fronteira, para aproveitar os baixos salários pagos aos mexicanos, produzindo para o mercado dos EUA).

II Conferência da Democracia Socialista



Fernanda Estima

João Machado na mesa de abertura da conferência.

José Corrêa

A II Conferência da tendência interna do PT Democracia Socialista foi realizada nos dias 2, 3 e 4 de agosto em São Paulo. Compareceram 58 delegados, eleitos em conferências estaduais de 13 estados e os membros da antiga direção da tendência - que em geral não eram delegados e portanto não tinham direito a voto. A conferência, concebida como momento chave da intervenção da DS no processo de preparação do 1º Congresso do PT, aprovou os documentos que a tendência submeterá à discussão do partido.

A pauta cumprida foi:

- a discussão de estratégia, em torno do texto **A alternativa democrática e popular**;
- a discussão de construção partidária com base no texto **A construção do PT**;
- uma discussão sindical, de caráter não conclusivo;
- a discussão do papel da tendência e o seu funcionamento no atual quadro do PT, com base no texto **A construção da tendência Democracia Socialista**; e,
- a eleição da uma nova direção da tendência.

Convidados

A conferência teve o conjunto de seus trabalhos aberto a participação de um grande número de convidados, representando a direção do partido e quase todas as suas tendências internas, além de outros companheiros do PT que não são membros da DS. O presidente do PT, Luis Inácio Lula da Silva, o secretário geral, José Dirceu, o secretário de formação, Gilberto Carvalho, Markus Sokol também da executiva nacional e o representante da comissão executiva nacional Cesar Alvares (ver anexo) se dirigiram à conferência em diversos momentos dos trabalhos. Também estava presente e participou dos debates Bráulio, do Secretariado Unificado da Quarta Internacional, corrente internacional a qual a DS está vinculada.

Várias tendências do partido também compareceram e participaram de diversos pontos de discussão: Valter Pomar e Silvio Pereira da Articulação, Artur Scavone e Salvo Bones do Movimento por uma Tendência Marxista, Eduardo Alves da Alternativa PT Socialista, Valério Arcari da Convergência Socialista e Augusto de Franco da Vertente Socialista, além de outros companheiros do partido.

Os objetivos da conferência

O alcance da conferência estava delimitado pelo processo que atravessa o PT, às vésperas do 1º Congresso, o que limita a possibilidade de se realizar um processo de avaliação de

maior envergadura, já que os rumos do partido estão em disputa. Qualquer avaliação e reorientação mais profunda só pode se dar a partir das definições do congresso, e isso não apenas no que diz respeito ao PT mas também à própria tendência. Assim, a conferência teve como eixo a discussão da posição dos membros da DS no 1º congresso.

O outro tema de maior alcance que estava pautado, a discussão sindical, também foi comprometida pela dificuldade dos companheiros sindicalistas se dedicarem ao debate, no quadro de preparação e de disputas polarizadas do IV CONCUR. Uma proposta prévia dos companheiros propunha que a discussão da conferência não tivesse, neste ponto, caráter deliberativo, mas fosse vista como a abertura de um processo de discussão que seria encerrado no início do próximo ano, encaminhamento aprovado na abertura.

A alternativa democrática e popular

A discussão de estratégia foi o ponto de pauta para o qual foi reservado um maior espaço de tempo. Um texto base discutido por dois meses, foi submetido a um grande número de emendas. Estas emendas bem como o debate versavam sobre temas como: qual o papel que ocupa a atuação institucional na construção de um movimento democrático e popular? como este pode se organizar como um movimento político de massas?; qual o significado que podemos hoje, dentro deste marco, atribuir à disputa presidencial de 1994?; em que medida podemos falar que o poder não apenas se toma mas efetivamente se constrói antes de uma revolução?; que iniciativas devem ser pensadas desde hoje no movimento sindical e nos demais movimentos sociais?; qual o papel estratégico de luta como as das mulheres e dos negros?; que reformas estruturais no plano econômico, social e político devem ser objeto de lutas de massa?

A construção do PT

A discussão sobre o PT estava dividida em duas partes. A primeira era a colocada pelo texto de construção partidária, enfatizando os problemas de estruturação orgânica do PT, a partir do quadro inicialmente diagnosticado como de crise organizativa e, depois, de crise político-organizativa.

Aí, o esforço de elaboração se concentrou em torno de alguns eixos:

- capacitar o partido para contrarrestar a tendência ao desenvolvimento de centros autônomos de poder a partir de avanços do PT na sociedade (nas prefeituras, no parlamento e no movimento sindical), reforçando sua capacidade dirigente;
- organizar no PT uma estrutura de militância capaz de permitir que os petistas atuem partidariamente em todas as esferas de intervenção (fortalecimento dos núcleos e secretarias, imprensa, formação, etc);
- e dinamizar a vida do PT, a partir desta base, de forma a permitir que o conjunto dos petistas - inclusive aqueles que hoje não fazem parte de nenhuma tendência e acabam tendo um menor espaço de atuação dentro do partido - possam ter um papel mais ativo no PT.

A discussão sindical

O debate sindical na conferência, que teve um caráter apenas introdutório às polêmicas, foi polarizado pela discussão da adoção ou não, da defesa pelos membros da tendência, da proporcionalidade direta como regra geral para as eleições sindicais (sendo, pois, incorporada aos estatutos das entidades sindicais). Por essa proposta, se duas, três ou mais chapas disputarem uma eleição, elas comporão a diretoria proporcionalmente aos votos que obtiveram na categoria. Este procedimento, que já

é adotado em algumas entidades, particularmente de funcionalismo público, é pensado como uma proposta de democratização radical e desbloqueamento do movimento sindical, hoje já muito burocratizado e, no campo da CUT, polarizado por disputas fratricidas. De outro lado, problematiza-se a extensão da aplicação do princípio da proporcionalidade



Fernanda Estima

Zé Dirceu (e sua filha) durante os trabalhos da conferência.

lidade direta fora do campo da CUT, em particular se destacando o problema das disputas em categorias onde a CUT se confronta com correntes patronais ou pró-governamentais como a Força Sindical.

A construção da tendência

A discussão sobre a tendência se deu articulando um balanço inicial do desenvolvimento político e orgânico do Partido dos Trabalhadores (que terá que ser confirmado ou não após o 1º Congresso) e do papel que pode e deve cumprir a DS na construção do PT como partido revolucionário. Daí a discussão sobre a construção da tendência se deter, em diversos momentos, na análise do que existe de complementar entre as iniciativas travadas na esfera da construção partidária e na do desenvolvimento da tendência - isto é, a analisar o papel positivo que a DS pode cumprir tanto na definição de políticas como na construção orgânica do PT.

Mulheres e negros

As discussões da feminização da intervenção política da tendência e da assimilação da centralidade da questão racial na sociedade brasileira, em todas as suas dimensões, passaram a discussão dos vários temas, de estratégia à construção partidária. Foram aprovadas inúmeras medidas de desdobramento concreto e de iniciativas para dar consequência a estas orientações. Entre elas se destaca, dentro de uma linha de ação afirmativa, a proposta de defesa de cotas de no mínimo 30% de mulheres para compor os organismos de direção do PT. Proposta semelhante foi adotada para a composição das direções da DS. Na eleição da direção nacional da DS não apenas foram incorporadas de um terço de companheiras como também companheiros negros, com papel de destaque na luta contra o racismo. Foi eleita uma direção da tendência composta por 31 membros efetivos e 12 suplentes. O companheiro Isaac Akcelrud encerrou a conferência destacando suas conquistas.

O significado da conferência

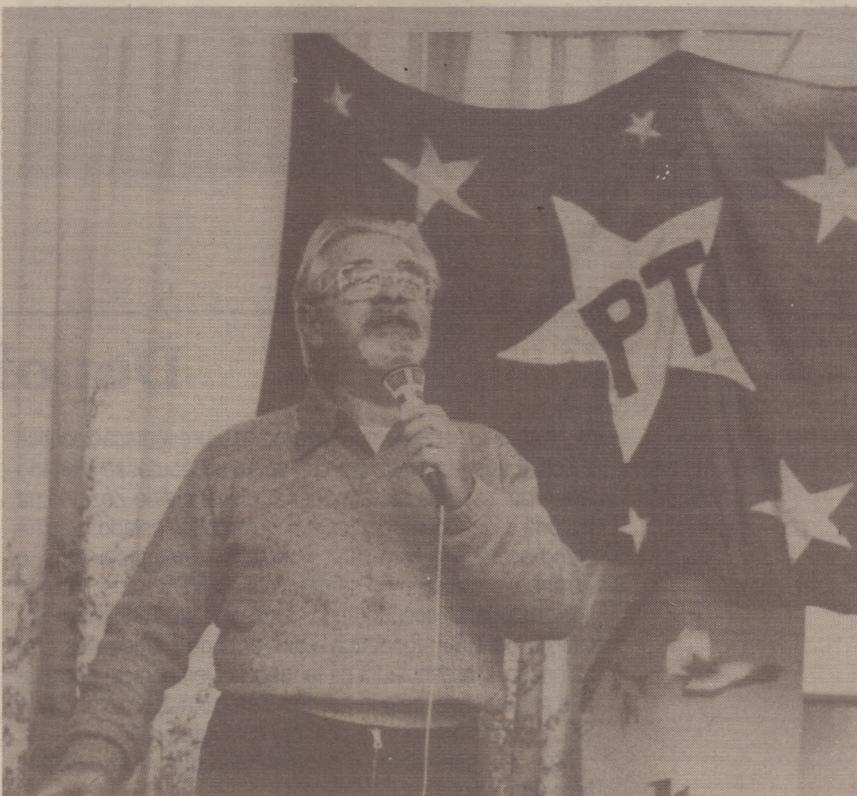
A conferência da DS exprimiu com muita clareza toda sua trajetória de constituição em tendência partidária. Não só porque teve a participação da direção do partido, de representantes de várias tendências, de militantes independentes, mas também pela sua identidade com os temas do debate partidário. Os assuntos tratados foram aqueles que o partido coloca para si. A capacidade de respondê-los foi vista como uma tarefa partidária, para a qual a DS se propôs a contribuir.

Esta condição de tendência que não se põe nem acima nem fora do partido, que se modifica à medida que o partido se desenvolve, evidencia-se em outro aspecto. A DS aumentou muito sua capacidade de contribuição ao partido, inclusive numericamente. E o fez intensificando sua participação nas instâncias e nas responsabilidades de construção do PT. □



Lula dirige-se a plenária da conferência.

Fernanda Estima



Isaac Akcelrud encerra a II conferência da Democracia Socialista

Fernanda Estima

Saudação de Cesar Alvarez

Companheiros, Companheiras,
Amigos, Amigas

Em nome da Comissão Executiva Nacional do PT desejo saudar a todos vocês, delegados a esta 2ª Conferência da Democracia Socialista, tendência interna do nosso partido.

Mas além das palavras protocolares e diplomáticas tenho a sincera convicção que esta conferência pode dar contribuição relevante ao conjunto do nosso partido, em particular neste momento preparatório ao nosso 1º Congresso. Esta convicção é baseada tanto no acompanhamento geral da trajetória da DS, na sua preocupação da elaboração de um pensamento petista a partir de um acúmulo e referência histórica internacional, como, principalmente, pelo seu compromisso na construção de um partido solidário, de massas, democrático e socialista. Eu, que tenho uma experiência militante comum e próxima desde o início do PT, no RS, com muitos de vocês que hoje estão aqui, firmo esta convicção.

Este particular momento de 11 anos de partido está inscrito em um quadro particularmente difícil e que exige de todos nós redobrado esforço de elaboração, muita sensibilidade na leitura de nossas prioridades sociais - tanto para a unanimi-

dade laudatória da greve geral de Santos mas seja também para a avaliação quase unânime de que se houvesse plebiscito sobre a pena de morte ela seria aprovada.

Está colocado para todos nós o desafio de reconstruirmos a utopia de uma sociedade nova, sem opressão e miséria, a sociedade socialista no quadro de uma enorme defensiva política e ideológica do conjunto da esquerda seja pelos acontecimentos do Leste Europeu, seja pela dificuldade em opor uma alternativa global ao projeto neoliberal (subliberal diria o Marco Aurélio Garcia) e privatizante do governo Collor. Não é a revolução política que está em curso e tampouco basta - ainda que no limite seja real - afirmar que o que caiu no Leste não era o socialismo. No quadro da nova ordem mundial, do fim da bipolaridade, dos grandes mercados é preciso pensar o Brasil numa América Latina desenhada como mercado cativo e dependente do imperialismo norte americano que perde capacidade de competição frente aos outros países. Temos que aprofundar e ampliar nossa concepção de alternativa democrática e popular enterrando de vez as simplificações grosseiras para facilitar a luta interna muitas vezes mesquinha, que a reduzem a uma

visão etapista que no fundo seria escape a questão da revolução e da ruptura.

O desafio da construção de uma nova hegemonia em momento algum pode prescindir da organicidade e unificação de diferentes organismos e formas ativas de participação das lutas dos setores populares.

O desafio de escapar da simplificação - transposta por alguns - de que a crise partidária que atravessamos resume-se a crise de sua direção, de sua tendência majoritária, desafio similar ao colocado ao IV CONCUT.

O desafio a construção partidária que não pode esgotar-se na simplificação do direito de proporcionalidade nas instâncias partidárias e direito de tendência, apenas para citar dois exemplos tão caros e, sem dúvida, marco na trajetória da Democracia Socialista.

Acredito que vocês, sem dúvida, contribuirão para a resolução destes e vários outros desafios que estão colocados para nós, militantes do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado.

Cesar Alvarez esteve representando a Executiva Nacional do PT.

Zézinho



Zézinho, em 1977, ao lado do Senador Paulo Brossard, pelo então MDB.

No último dia 22 de julho, cerca de 500 pessoas reuniram-se para homenagear José Carlos Dias de Oliveira. No lugar da tradicional missa de sétimo dia, os amigos de Zézinho renderam-lhe um tributo. Foi algo inédito. Pela primeira vez a dor da morte de um companheiro deixou de ser privada. Coletivamente, lamentamos a perda do Zé.

Trouxemos para o Plenário da Assembléia que, depois de muito tempo, foi aberto à esquerda, um jeito índio de ver a morte. Realizamos um "kuarup"; reunimos a tribo. No local estavam presentes representantes de um leque de forças já distanciadas pelo tempo. Para recordar a história e a vida do Zézinho compareceram companheiros de diversos momentos de sua vida.

Pedro Simon, José Paulo Bisol, Porfírio Peixoto, Rualdo Menegat, Tarso Genro, Cesar Alvarez, Olívio Dutra, João Machado, Flávio Koutzi, Raul Pont e Ernesto Herrera - dirigente do PST uruguaio e do Secretariado Unificado da IV Internacional - falaram da convivência que tiveram com Zézinho. Pessoal e política. Foram depoimentos que registraram a amplitude da militância deste camarada.

Fotos, impressos e um vídeo também procuraram resgatar um pouco da sua atividade política, passando pela luta contra a ditadura, formação do PT, sua campanha a vereador em 82 como o tema "Desobediça à ordem e a moral burguesa", as campanhas partidárias, o trabalho no movimento sindical e sua vida pessoal.

O clima foi de comoção e solidariedade. Num momento marcado pelo ceticismo e individualismo, uma atividade desta natureza surpreendeu e emocionou a todos. A mobilização causada pelo Zé foi mais uma demonstração de sua força. Força que só tem aqueles verdadeiramente apaixonados pelo que fazem.

Depoimento

"A amplitude desta mesa, o arco de representação política e social que ela expressa e a composição desse plenário falam por si só da extraordinária relevância do Zézinho na história da luta democrática e popular deste estado. Não há como escrevê-la sem citar, nos seus vários momentos, o Zézinho, presidente do setor jovem do MDB - aos 16 anos líder estudantil secundarista; fundador da Tendência Socialista do MDB; fundador e dirigente do Partido dos Trabalhadores; organizador da tendência Democracia Socialista e responsável pelo jornal **Em Tempo** no Rio Grande do Sul. Zézinho fundiu vida pessoal com luta política.

Pois é a este amigo e companheiro que nós queremos fazer um tributo.

Nós, homens e mulheres de esquerda, que não costumamos cumprir os ritos da morte - talvez porque também tenhamos dificuldade em realizar os da vida - queremos, hoje, inaugurar uma nova postura no enfrentar este sofrimento que significa a perda de um amigo. Queremos, hoje, tirar da esfera meramente privada esta dor, para que possamos dividir, entre todos nós, e para cada um, uma porção do nosso sofrimento.

Assim a tristeza inteira de cada um de nós será um pouco de todos. A dor de um será um pouco da dor de todos e a dor de todos será a dor de cada um. Agindo assim nós seremos capazes de sentir, numa dimensão nova, a dor, a tristeza e o sofrimento. Não vamos nos desesperar, porque assim o que faremos é partilhar.

Vamos, também, ao homenagear o companheiro morto, ser capazes de elevar para uma esfera superior, a nossa própria amizade, o nosso próprio companheirismo, o nosso amor pela vida.

A grande maioria de nós foi formada na luta contra a ditadura, com sua repressão e medo. Isto nos embruteceu um pouco. Além disso, nossa formação teórica pagou o preço - maior ou menor - às idéias dominantes na esquerda da época, que, proclamadora de um materialismo tacanho, nos fez acreditar apenas em pau e pedra, vendo o homem somente na sua dimensão econômica, nunca na sua plenitude, com corpo e alma.

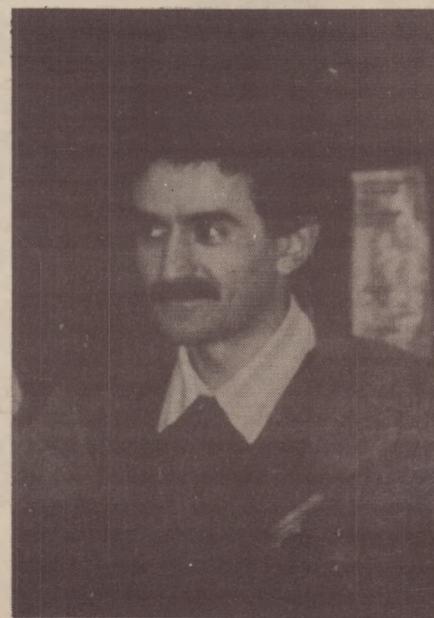
Mas, sobretudo, somos uma geração movida pela urgência da revolução. Isto nos fez sempre adiar as coisas do hoje, do aqui e do agora. Afinal, o que nos importa se pouco caso

damos aos companheiros e companheiras? O que nos importa se não somos capazes de nos reconhecer amigos de quem cotidianamente partilhamos o mais gostoso dos sonhos, a construção de uma sociedade fraterna, sem excluídos, uma sociedade socialista? Nada disto nos importa muito, pois se o hoje é sombrio - pensávamos nós - o amanhã será radiante.

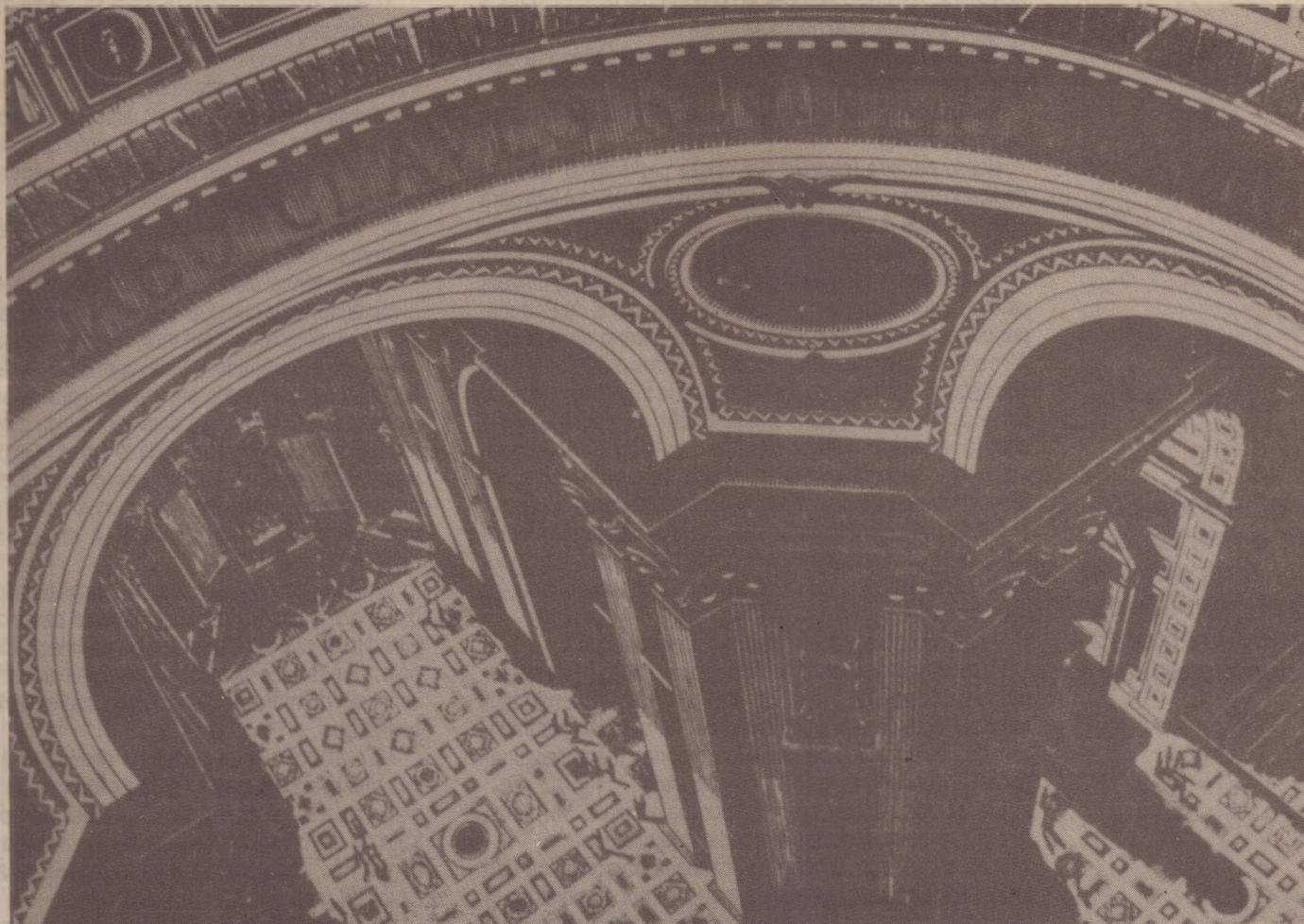
Felizmente, agora Zé, sabemos que não é o amanhã que constrói o amanhã; o amanhã é construído hoje. E por isto, queremos cuidar dos nossos; é por isto que queremos aqui, hoje e agora, reverenciar o melhor dos nossos; é por isto que nós estamos aqui, agora para dizer bem alto, com paixão e determinação, que nós gostamos do Zé e que elogiamos, render um tributo a ele é elogiar a vida... a vida deste lutador, deste amigo, deste revolucionário.

Um elogio à sua vida, que também é um elogio às nossas vidas". Viva Zézinho!

Gérson Almeida, um amigo do Zé.



A crítica da crítica



Jorge Nahas

Com algum atraso, o *Em Tempo* abre um debate sobre o livro de Alec Nove (*A economia do socialismo possível*), ao que parece espiçado por uma resenha publicada na revista *Teoria e Debate*.

Meu objetivo não é defender a visão de Nove, mas defender o nível do debate. Afinal, este jornal exerce alguma influência sobre a militância petista, e tem se caracterizado por uma postura sem dogmatismos nem preconceitos.

O artigo de Eduardo Albuquerque está permeado por uma postura de auto-suficiência presunçosa: o que aconteceu no Leste Europeu não nos diz respeito; tudo foi originado dos "desvarios" burocráticos que sempre denunciamos. Segundo ele, nada de novo existe na reflexão sobre possibilidade (ou a inevitabilidade) da convivência com o mercado, terminando com a conclusão estarrecedora de que nós, petistas, temos muito mais a falar sobre o assunto que o resto do mundo!

Esperemos que a juventude militante não se deixe contaminar por este otimismo irresponsável. Os assuntos do socialismo ainda existente, e do que já foi, não podem ser simplesmente embrulhados em um saco e atirados ao lixo da história. Antes disto, a boa teoria revolucionária exige que pelo menos uma olhada seja dada neste lixo. Quanto mais não seja apenas para verificar se a fábula não fala de nós. Afinal, são passados mais de 70 anos da revolução bolchevique, mais de 40 anos da revolução chinesa, mais de 30 anos da revolução cubana. Não é mais possível refletir sobre o socialismo sem pensar sobre a vida destes povos, seus problemas e encruzilhadas.

Nossas propostas para o povo brasileiro devem ser concretas, nosso socialismo não pode mais ser o socialismo "impossível", contraposto ao socialismo "possível", não podem mais ser o do socialismo "irreal", contraposto ao socialismo "real". Sem o recheio da vida, da experiência concreta, as palavras "democracia", "socialismo", "socialismo democrático", "caminho petista" permanecem o que foram até hoje: pura conversa fiada.

Benvindas, pois, as especulações sobre o socialismo possível. Elas nos obrigam ao rigor metodológico, ao despedaçamento das certezas. Eduardo, por exemplo, diz que está mais do que estabelecida nossa aliança estratégica com

a pequena empresa. Façamos, então, um pequeno exercício "à la Nove" sobre esta idéia, coisa que ele não faz, e inclusive desaconselha.

Privatizando a padaria

Antes de mais nada: o que é "aliança estratégica"? Isto quer dizer que estes setores são nossos aliados até a tomada do poder? Que portanto teriam que ser tolerados no período de transição, até algum momento indeterminado? Ou a aliança é estratégica porque a economia do socialismo possível não pode funcionar sem eles?

Na primeira hipótese, podemos chegar a um momento em que seriam ex-aliados; já dispensáveis, ou então inimigos do proletariado em sua marcha batida para uma sociedade sem classes, sem explorados ou exploradores. O momento em que deixariam de ser aliados, para serem neutralizados, e depois eliminados, é uma questão de ritmo, de decisão política. E aí o "desvario" pode tornar-se realidade (passemos por alto o fato de tal "desvario" estar presente na mente ou na prática de nossos precursores, de Marx a Guevara).

Na segunda hipótese (a de que o socialismo possível não funciona sem eles), a coisa se complica. Está aí implícita a noção de que conviveremos, até aonde o futuro pode ser alcançado, com proprietários privados, produtores privados, empregados e empregadores, lucro, preços etc.

Nosso companheiro não está preocupado em escolher uma destas alternativas. Tanto não está que na lista de "desafios" que se propõe não inclui as mediações necessárias para a convivência com a propriedade privada, em pequena escala: seja "manu militari", por uso abusivo do monopólio estatal do comércio, por plebiscito, ou por qualquer outro meio.

Tomemos então, seu próprio exemplo: a padaria. Novamente, um crédito. Imaginemos que ele não concebe a padaria como um ponto distribuidor de pão, operado por uma ou mais pessoas, que ganham o seu pão de cada dia vendendo mais caro do que compra o pão produzido em alguma fábrica estatal. Certamente, pensou na padaria como é hoje: um estabelecimento onde se produz e se distribui o pão; a partir de alguns insumos, como trigo, açúcar, sal, ovos, fermentos e outros; contando com algumas máquinas como fornos, misturadores, pás, cortadores, balanças; alguns objetos para distribuição, como vitrinas,

Nosso socialismo não pode ser o socialismo "irreal" contraposto ao "real".

balanças, cofres etc.

Sem complicar muito (as padarias, na verdade, são mais complicadas), vemos uma variedade de produtos semi-acabados, em cuja composição certamente entrará matéria prima importada; que necessitam se misturar na proporção certa para fabricar o pão na quantidade necessária; e com qualidade razoável.

Continuemos pensando (ou então, como diz o poeta, sejamos felizes).

Nosso padeiro (padeiro por opção profissional, não um dedicado militante escalado para ser padeiro); vai à luta para adquirir o que precisa, para o pão nosso de cada dia.

Pergunta óbvia número 1: adquire de quem?

Se consegue tudo isto em algum gigantesco armazém estatal, alguma Empresa Distribuidora de Bens de Padaria, pertencente a algum paquidérmico Ministério da Indústria Alimentícia; quer dizer que todos os outros produtores (não nos esqueçamos deles), por exemplo, de trigo, de açúcar, de sal, etc., só vendem para o estado, que os distribui. Neste caso, a padaria é apenas o último elo, para onde convergiria, manejados por inefáveis mãos burocráticas, o necessário para fabricar nosso pão de cada dia! "Desvario burocrático"!

Ou então aconteceriam inúmeras transações entre produtores privados; que iriam ao mercado (ôpa, escapou-me o palavrão!) ou melhor iriam aonde pudessem adquirir seus insumos.

Pergunta óbvia número dois: adquire com que?

Fazendo uma "performance"? Recitando uma poesia acabada de sair do forno? (sentido figurado, ele ainda não tem forno). Trocando um tapete feito com o algodão plantado, colhido, tecido e tingido por suas próprias mãos trabalhadoras? Inconcebível, pelo menos para mim.

Ele compra o que precisa, porque utiliza o vil metal, dinheiro, money, moeda! A moeda, que mistério!

A moeda é uma convenção, baseada na confiança que todos temos nela, de que pode ser trocada por um objeto, que ato contínuo, pode ser trocado novamente por moeda; e esta novamente por outra mercadoria (novamente um palavrão; mas não dá para evitar). Apesar das tentativas, ninguém conseguiu e acredito que ninguém pense (pelo menos, acho que Eduardo não pensa) em acabar com ela.

Pergunta óbvia número três: compra por quanto e vende por quanto o produto final?

Aí meus amigos, a porca torce o rabo. Livros foram escritos (inclusive o do próprio Nove), para compreender o real valor da lei do valor (sem trocadilho) em uma economia socialista. Não há planejador socialista que, cotejado com a inevitabilidade do processo de compra e venda, intermediado por moeda (ou seja, mercado), não quebre a cabeça tentando determinar a relação de valor de uso-valor de troca, valor-preço, custo socialmente necessário-preço-valor, que funções da moeda seriam preservadas, e por aí vai (Guevara, por exemplo, acreditava na possibilidade de manter a moeda apenas como meio contábil).

Minto: há um tipo de planejador que não se preocupa com isto: aquele que, no limite, acredita que pode eliminar o mercado, concebendo o processo produtivo como uma única grande empresa, com milhões de tentáculos.

Algumas outras perguntas óbvias mereceriam análise tais como: que tipo de estímulos teria a pequena empresa? Qual

sua relação com mão-de-obra assalariada? Qual margem de lucros seria razoável? Haveria herança? Qual o limite da pequena empresa? Etc, etc, etc, algumas dezenas de etc.

Mas um detalhe merece destaque: o pequeno empresário, comerciante, camponês; não é exatamente igual ao proletário revolucionário de nossos sonhos, para dizer o menos. Precisamos dele, confiamos nele; mas nem tanto. Em uma economia de escassez, acentuada por um processo revolucionário, com desequilíbrio entre oferta e demanda, com pressões inflacionárias que desestabilizam a moeda, com um estado ineficiente e empobrecido, o setor privado especula, tem superlucros, cresce mais do que o desejado, alimenta inflação, em suma: enriquece.

Talvez tenha sido esta a razão fundamental para sua eliminação, mais que qualquer outra consideração econômica ou ideológica. O mais fácil, o mais racional, para quem tem o poder ilimitado (ainda que se diga democrático) é liquidar com este setor, em aras dos grandes ideais revolucionários. Não é nenhum desvario: a vida colocou todas as revoluções nesta encruzilhada, e todas (à exceção da nicaraguense), deram o mesmo passo rumo à onipotência do planejamento, lançando vivas à revolução, ao fim da propriedade privada, à democracia, à abundância e à igualdade.

A eliminação do mercado é uma atitude prepotente de quem acredita que possui a chave do paraíso, de quem se acredita dono dos destinos da humanidade. Desde Keynes, pelo menos, que nem os capitalistas acreditam na "mão invisível" do mercado como único instrumento de controle econômico.

Mas acreditar que podemos eliminá-lo é uma atitude incompatível com ideais verdadeiramente democráticos. O planejamento centralizado, o tal "desvario" de Eduardo, é fruto de um complexo de atitudes em relação à sociedade, aonde não podemos dizer se foi o ovo ou a galinha que nasceu primeiro.

Em suma, admitir que conviveremos com pequenos empresários; ainda mais como aliados "estratégicos", não é coisa simples; a menos que o façamos ritualmente, para engambelar nossos "companheiros de viagem". Traz responsabilidades: é não fugindo delas que chegaremos à "terceira via" (ou à quarta, quinta).

Eduardo faz como o planejador polaco, citado pelo próprio Nove, que enviado a Londres para verificar porque o trânsito lá funcionava melhor que o de Varsóvia, concluiu que a única diferença era que os carros de lá rodavam pela mão esquerda. Ordenou então que, como experiência, um terço dos carros de Varsóvia passassem a rodar pela mão esquerda.

Estatais e democracias

Ao analisar a questão da relação democracia-estatais, Eduardo faz uso abusivo de citações do livro, todas a partir da página 300.

Recoloquem a questão, em aras do bom debate. Lendo o artigo, somos levado a crer que no modelo de Nove não haverá nenhuma influência da força de trabalho sobre a gestão do setor estatal da economia. Dando um enorme salto, Eduardo dramatiza a situação: nenhum petista pensaria isto!

Eu diria: nenhum petista, nenhum socialista (Nove entre eles), nenhum progressista e nenhum capitalista moderno.

O que o livro diz, e explicitamente, é que alguns grandes setores produtivos não estarão sujeitos às leis do mercado -serão necessariamente estatais. Por seu porte, não poderão ser administrados somente pela força de trabalho aí empregada.

E exemplifica: a produção de energia elétrica é objeto de opção estratégica de planejamento; interessa a toda a coletividade, exige investimentos maciços; e portanto, sua gestão não é responsabilidade só dos eletricitários.

Para mim, nada mais óbvio. Excetando uma sociedade de produtores autárquicos, alguns setores são de maior interesse coletivo, sua produção mexe mais com toda a economia e a torna mais vulnerável; e portanto, são objeto de planejamento centralizado, definido por instâncias coletivas de maior amplitude: assembleias nacionais, plebiscitos, etc.

Ou não? Será que meu amigo imagina uma sociedade sem conflitos? Será que assuntos como energia elétrica, meio ambiente, produção de bens maciçamente exportáveis, mineração, são decididos só pelos administradores diretos das unidades produtivas? Será que a quantidade de moeda

Acreditar que podemos eliminar o mercado é uma atitude incompatível com ideais verdadeiramente democráticos.



a ser emitida é de responsabilidade dos trabalhadores da Casa da Moeda?

A rigor, esta questão não merece ser discutida. Mas Eduardo faz uma confusão deliberada entre os problemas oriundos da gestão de cada unidade de trabalho, em busca do cumprimento de metas de produção e os conflitos que surgem entre cada unidade e o plano global de produção, durante o estabelecimento destas mesmas metas. Ao fazer isto, evita dois problemas espinhosos, mantendo inteiro seu edifício teórico.

O primeiro é que existe uma tensão entre o que a sociedade, através de sua representação (assembléias nacionais, parlamentos, soviets ou que nome tenha) traça como metas, e os objetivos segmentados de cada categoria de trabalhadores.

E este é o ponto. Negar isto, negar os conflitos, é negar a necessidade de mecanismos para diminuí-los.

Negar os conflitos é negar a necessidade de mecanismos democráticos permanentes, estáveis e intocáveis, já que maturidade não se alcança a força, e já que o consenso não se alcança nunca. Alcançamos sim, a paz dos pântanos.

O segundo é que, se negamos (não sei se Eduardo nega), o planejamento centralizado, se haverá permanente tensão entre unidades produtivas, centro planejador e consumidores; como será a relação entre as várias unidades de uma cadeia que culmina, por exemplo, na produção de energia elétrica? E entre os consumidores de energia elétrica e a central produtora? Estas unidades estatais seriam completamente verticalizadas? Ofertariam ao povo exatamente o que previu o plano? E a que preço? Ou seja: qual seria o mediador entre o plano, o custo, o preço?

Ao desdenhar estas questões tão prosaicas, e bradar aos céus pela "via petista", Eduardo demonstra que no fundo, não perdeu a fé no planejamento centralizado. Faz uma ressalva: desde que seja democrático! Desde que a sociedade defina por maioria (60% contra 30% e 10% de abstenções, como no PT); todo o mundo marchará na mesma direção, bandeiras vermelhas em todas as mãos. Do contrário... bem, para isto existe a ditadura do proletariado.

Mas Eduardo reflete mais fielmente sua concepção ingênua e totalitária (não se espante, é isto mesmo) de uma sociedade revolucionária, quando se horroriza com algumas observações do livro sobre sindicatos (feitas aliás, no bojo de muitas outras sobre uma possível futura sociedade socialista).

Repetimos o período inteiro, do livro de Nove, citado por Eduardo: "É uma tolice afirmar que só ocorrerão discordâncias fundamentais devido à propriedade privada dos meios de produção. A suposição da escassez relativa e, portanto, do custo de oportunidade é suficiente para garantir alguns conflitos. O Estado e suas instituições democráticas estarão lá para resolver as disputas, para acertar as reivindicações competitivas, mas os sindicatos e outros grupos de interesse (regionais ou nacionais, numa federação socialista de nações), podem criar problemas, e em particular provocar o supercomprometimento de recursos, as rendas excessivas, a inflação".

Aonde está o escândalo? Aonde estão as "restrições aos sindicatos"? Será que Eduardo não acredita em inflação no socialismo? Ou no racionamento, experiência de todas as revoluções, e que não passa de inflação com outro nome?

Os sindicatos são o que são: sindicatos, nada mais, nada menos. Será que suas reivindicações parciais se ajustarão sempre, por um milagre de São Lênin, àquelas que a maioria da sociedade julga mais convenientes naquele momento?

O alarmante é que ele ache isto possível, porque mais adiante achará necessário; um pouquinho mais a frente, inevitável pelas leis da história; e logo em seguida, obrigatório.

Eduardo não percebeu, mas esta visão de mundo está morta e foi enterrada no Leste Europeu. Que a terra lhe seja leve, com o Corcovado, o Pão de Açúcar e a Serra do Curral por cima.

Eduardo, na verdade, insinua que o Nove tem pouco apreço pelos sindicatos e partidos; pois confia só no mercado para garantir uma democracia radical e profunda. Toca assim, algumas sensíveis cordas dos corações petistas, esperando que com isto o livro queime os dedos dos seus possíveis apreciadores. Só isto explica a menção a uma "preocupante passagem" sobre a proibição de partidos em momentos de crise. O parágrafo completo é o seguinte: "A única maneira conhecida de evitar a formação de partidos é proibi-los. A noção de que só são necessários vários partidos



quando existem diferentes classes sociais é claramente falsa. Sobre os males de um sistema unipartidário imposto nem é preciso comentar. Exceto em momento de crise ou de Guerra Civil, os partidos não devem ser proibidos. Se os partidos não forem necessários ou desejados, acabarão por si mesmos, e indivíduos "independentes" serão eleitos por seu mérito pessoal. Mas isto não é provável. O eleitorado precisa ser apresentado a alternativas, incluindo diferentes políticas econômicas, prioridades, estratégias, de maneira organizada. E a melhor maneira é através de partidos, com ocasionais referendos, talvez sobre questões que se prestam a este procedimento".

O modelo apresentado por Nove portanto, está calcado na suposição de pluripartidarismo. A frase grifada não justifica a desqualificação de todo o livro.

Melhor fariamos se comentássemos o que vemos logo a seguir, na mesma página: o parlamento seria composto por profissionais, ou não? Quais as funções do parlamento? O que poderia ser objeto de referendo?

"Via petista" e desafios

Aparentemente, Eduardo rejeita o planejamento centralizado como único regulador e mediador entre os milhões de produtores e consumidores. Explicitamente, rejeita também o mercado para cumprir este papel. Portanto, diz que defende uma "terceira via", ou "via petista".

Acontece que somente estas duas opções não são suficientes para que definamos uma terceira. De há muito o capitalismo abandonou o mercado como único regulador; não somente pela existência de monopólios e oligopólios; mas por políticas deliberadas de subsídios, fortalecimento do estado e outras como o "new deal"; o "welfare state", as leis anti-trustes etc. Já existem várias "terceiras vias" e a expressão, a rigor, não diz absolutamente nada.

Do nosso lado, repudiamos (creio eu), o planejamento centralizado. Eduardo diz que repudia o planejamento centralizado burocrático; mas que o "socialismo de mercado" também não é aceitável. A "via petista" seria então algo sem burocracia, sem mercado, sem moeda, sem repressão, pluripartidária, plebiscitária, com sindicatos livres, "produtores livres", conselhos, sem alienação do trabalho; e sem repressão (a não ser, quem sabe, a "indispensável" contra os reacionários). Um país sem purgatório. Neste caso, a expressão "socialismo de mercado" é tão repugnante quanto a de "socialismo burocrático".

Neste caso, caro amigo, demonstre. Explique como é possível manter pequenos empresários e produtores, autogestão de fábricas e serviços, sindicatos livres e partidos, sem mercado.

Lembrando sempre um "detalhe": a menos que abandonemos a visão produtivista e desenvolvimentista do socialismo (o que é uma possibilidade) o socialismo que propomos é, entre outras coisas, uma forma de organização da produção que compete com o capitalismo na satisfação das necessidades materiais das massas.

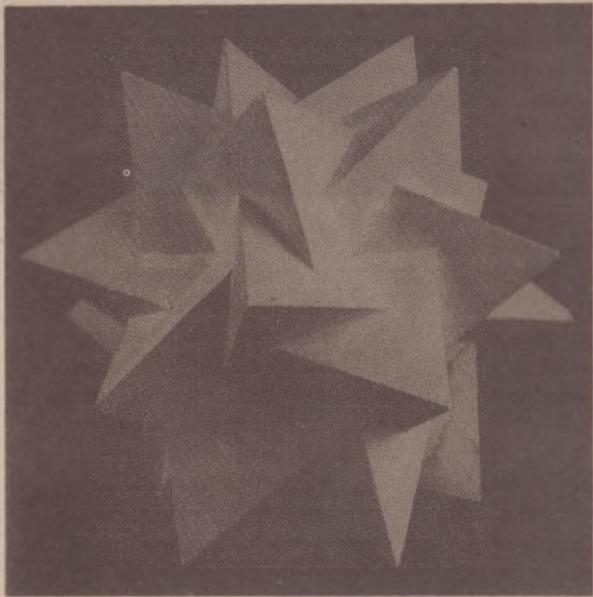
Qualquer proposição hoje, deve capacitar-se à alguma operatividade. Os desafios que temos pela frente não podem ser enfrentados apenas com declarações de intenções.

A ingenuidade é componente essencial de uma visão utópica. Mas, a estas alturas, ingenuidade demais é indigência teórica e dogmatismo disfarçado. □

Jorge Nahas é membro da executiva estadual do PT de Minas Gerais.

De há muito o capitalismo abandonou o mercado como único regulador; já existem várias "terceiras vias".

Crítica ao “socialismo produtivista”



Luís Koshiba

Todos leram no EM TEMPO nº 251 o artigo de Eduardo Albuquerque sobre Alec Nove e também tomaram conhecimento de sua opinião sobre a minha resenha, publicada em *Teoria e Debate* nº 12. Segundo ele incorro numa “postura acrítica e apologética” e dou por “resolvido o que é um desafio à nossa elaboração”. A fim de melhor atacar a minha resenha, ele supõe que, por ignorância ou má fé, procuro apresentar como “novidade velhas idéias”, com o intuito de iludir “alguns desavisados”, que ele naturalmente se apressou em colocar sob sua tutela. Além disso, a minha “acriticidade” apologética que, para ele, deve beirar à traição social-democrata, chega ao cúmulo de, “em plena *Teoria e Debate*” (um lugar que andei profanando), acompanhar o raciocínio de Nove e tirar as minhas próprias conclusões. Mais um passo e ele talvez exigisse o meu silêncio obsequioso.

Eu acho Eduardo Albuquerque muito afoito. Quem como eu costuma falar em nome próprio, não consegue levar a sério os exaltados discursos daqueles que estão mais preocupados em “defender posições” do que debater idéias sem preconceitos. Em todo caso, é muito divertido assistir a essas desinibidas demonstrações de radicalidade - na verdade, de intolerância. Pena que eu não seja o velho Kautsky para dar mais realismo à cena. Com o perdão da palavra, sendo apenas um dentre tantos “independentes”, não imaginei que alguém gastasse tanta munição por conta de uma resenha. Não esperava fazer tanto barulho. Mas não tenho queixas.

Como a maioria dos intelectuais de sua linhagem, Eduardo Albuquerque tem o péssimo hábito de abandonar o materialismo histórico, justamente nos momentos em que ele poderia ser esclarecedor. Exemplo disso é o estranho argumento utilizado contra Nove, segundo o qual, o autor nada tem a nos dizer, porquanto se refere predominantemente aos “países capitalistas industrializados, desenvolvidos” e “não somos a Europa”. Então aproveito para alongar a lista dos autores estranhos à nossa índole: Marx, Sócrates, Montesquieu...

Às vezes, o materialismo histórico fica de ponta cabeça. Por exemplo, Eduardo Albuquerque sabe que a tecnologia “não é neutra”, mas tão logo transpõe a fronteira do Leste europeu, passa a argumentar que o caráter despótico das fábricas se explica pela “manutenção policialesca da “disciplina”, e não o inverso. Já o velho Engels não se enganava a respeito: sabia muito bem que o “despotismo” era “independente de toda organização social”.

Outra curiosidade está no método que preconiza para combater a burocracia. Para Eduardo Albuquerque não há nada mais óbvio do que combatê-la com a democracia.

Inversamente, a burocracia floresce onde falta a democracia. Donde se conclui que a construção do socialismo democrático é, para ele, a coisa mais simples do mundo: basta que o socialismo seja... democrático! Com esse belo exemplo de voluntarismo, fico pensando que utilidade teria ainda o materialismo histórico.

Dada a radical hostilidade ao mercado, é de se supor que o seu modelo de socialismo é do tipo soviético, afastando-se alguns milímetros deste, pela explícita (e meritória) admissão de “pequenas empresas”. A diferença fica por conta da distinção que faz entre “planejamento tipo stalinista” e “planejamento geral”. Porém, no que consiste exatamente esta diferença? É simples: o primeiro é burocrático e o segundo, democrático. Por que? Ora, porque é o que estou dizendo.

A não ser que se suponha o *homo democraticus* que paire acima de todas as determinações estruturais, não consigo entender de onde viria essa misteriosa vocação democrática comum a todos, no socialismo. A sua origem nebulosa só é comparável ao do *homo burocraticus*, outro enigma inexplicável. Quem precisaria de dialética para resolver problemas tão irrelevantes?

Para que não me venham novamente com o dedo em riste, faço alguns esclarecimentos. Não estou falando em determinação absoluta, nem em anulação do sujeito pela estrutura. Como Eduardo Albuquerque, acredito que a Petrobrás ou o Bradesco seriam administrados de maneira diferente num eventual governo petista. Apenas não me iludo quanto ao poder de domesticação próprio àquelas máquinas burguesas. Passo a palavra às nossas prefeituras.

Crítica ao “Socialismo Despótico”

Para mim parece óbvio que o estalinismo ou o socialismo burocrático é fruto da estatização virtualmente absoluta dos meios de produção, à qual corresponde a planificação centralizada e integral da economia, o correlato da completa e radical abolição do mercado. Isto faz do socialismo do tipo soviético, no dizer de Rudolf Bahro, uma simples transposição, para a sociedade industrial, do modo de produção asiático, com direito às múmias, sacerdotes, escribas, livros sagrados e faraó.

Eu pelo menos penso do seguinte modo: assim como é absurdo pretender democratizar a economia capitalista sem abolir a propriedade privada burguesa, é inútil defender a democratização de um socialismo, cujo nível de estatização a torna supérflua. Isto significa que a construção do socialismo democrático depende, em última análise, das formas de propriedade admissíveis e suas proporções na base material da sociedade que, justamente, se pretende interligar e fazer funcionar através da combinação de plano e mercado. Este último é a condição material da liberdade e aquele, da igualdade e ambos exprimem o conjunto das relações sociais que formam a base econômica do socialismo. Eis o fundamento real sobre o qual se erguerá, eu suponho, a superestrutura jurídica e política e ao qual corresponderá determinadas formas de consciência social.

As práticas democráticas socialistas ou burocráticas não brotam no vazio. Eles se sustentam, como nos outros modos de produção, sobre o sistema de relações sociais ou relações de propriedade que são, como observou Marx, a sua expressão jurídica. Assim, são as formas exclusivistas de propriedade - privadas ou estatizadas - que facilitam, de um lado, o domínio do mercado (capitalismo) e, de outro, da burocracia (estalinismo). Ora, a pluralidade das formas de propriedade, onde se articulam propriedades estatais, sociais e privadas, incluindo os profissionais liberais e *freelancers*, mas com o predomínio das duas primeiras, supõe necessariamente a combinação da planificação e mercado socialistas, obviamente, com a subordinação do segundo à primeira. O erro de Eduardo Albuquerque é ter oposto rigidamente planificação e mercado, sem considerar as relações de propriedade subjacentes. Sem isso, mercado e

O estalinismo é fruto da estatização absoluta dos meios de produção e da abolição completa do mercado.

plano são meras abstrações. Porém, há pelo menos mais uma razão para os socialistas refletirem seriamente sobre o mercado.

Se o exercício intelectual, com seu padrão de racionalidade e objetividade não se confunde com a mera instrumentalização ideológica de "alguns (na verdade de uma legião de) desavisados", então é forçoso reconhecer que a planificação socialista das forças produtivas, que são burguesas em sua origem e estrutura, é um empreendimento problemático e cheio de perigos, sobre os quais procura alertar-nos Alec Nove. E não basta o argumento simplório de que tudo se resolve com a mera "remoção do caráter burguês" daquelas forças produtivas. Todo o aparato tecnológico e organizacional burguês foi concebido para dominar os trabalhadores e para funcionar dentro do mercado. Desativar este último de uma hora para a outra, sob o falacioso argumento de que, no socialismo, produção e consumo são uma e a mesma coisa, seria cômico, não fosse trágico.

A abolição da propriedade privada burguesa não elimina por si mesma a contradição entre oferta e procura. É pura ingenuidade imaginar que esta contradição será automaticamente superada porque, afinal, o trabalhador passa a produzir para si mesmo. O alto índice de indeterminação do funcionamento de uma economia industrial complexa se encarregará de desfazer rapidamente esta trágica ilusão. A dualidade produtor/consumidor não desaparecerá num passe de mágica, graças à democracia dos "produtores associados". Esta visão idílica do socialismo é severamente criticada por Alec Nove, para quem, uma economia estruturada exclusivamente do ponto de vista do produtor termina, no final, assumindo a forma da ditadura da oferta sobre a procura, isto é, do produtor sobre o consumidor e, finalmente, da burocracia sobre todo mundo que, não sendo boba, irá se apoiar exatamente sobre o caráter despótico das forças produtivas herdadas da burguesia.

Crítica a Nove

Há no entanto uma séria objeção a fazer ao modelo de Alec Nove: ele concede ao mercado muito mais do que pode oferecer, ao torná-lo instrumento de garantia perpétua do nível de produtividade socialista, via competição e remuneração dos agentes. Acho que não funciona. Aqui fica evidente os limites colocados pelo seu declarado gosto pela moderação. Ele parece não perceber que o sentido da economia socialista não se esgota no equilíbrio dos fatores e que a sua lógica é de outra natureza. O necessário predomínio da planificação sobre o mercado, portanto, da igualdade fundada na liberdade, tende a atenuar ou mesmo anular o estímulo para o trabalho. Não porque todos se tornam mais "preguiçosos" ou "ineficientes" sob o socialismo, mas porque o eixo da estruturação global da sociedade socialista é incompatível com o culto ou a glorificação do trabalho e da "disciplina" que, afinal, são invenções burguesas. De modo que mercado e plano não são fins em si mesmos, mas devem subordinar-se à política do tempo livre. Evidentemente, os "produtivistas" (burgueses ou "socialistas") não estão em condições de compreender esse fato já que o seu pensamento continua dominado pela lógica do capital.

O ritmo alucinante da sociedade burguesa e a sua obsessão produtivista é uma imposição estrutural do capitalismo e qualquer tentativa de transpô-lo ao socialismo redundará em despotismo burocrático. No capitalismo, os afazeres se multiplicam porque tudo nele consiste em dar resposta individual aos problemas coletivos. Como se sabe, os privilégios são extremamente onerosos. Se, ao contrário, o socialismo pretende solucionar coletivamente os problemas coletivos, sem privilégios, o seu sentido vai claramente na direção de uma economia de tempo e recurso. Em suma, na direção da abolição do trabalho, como previram, aliás, os clássicos. Mesmo porque o socialismo não é um paraíso do consumismo desenfreado para todos.

Nove e os devaneios

Apesar destas e outras limitações, a obra de Alec Nove é importante por um outro motivo.

O socialismo é apenas uma das possibilidades históricas objetivas e não uma realidade transcendente, à qual sempre corresponderá um dado movimento de caráter escatológico, com seus profetas e livros sagrados. Ora, a obra de Nove é uma contundente crítica aos devaneios utópicos do "socialismo messiânico" e, como tal, permite-nos reinserir com toda a serenidade o socialismo na ordem das imperfeições huma-



nas. E isso porque Nove orientou as suas reflexões para resolver problemas práticos levantados pelo "socialismo real" e não para aplacar os anseios utópicos de uma sociedade perfeita.

Tendo em conta esse fato, a introdução do "mercado" na pauta dos debates entre os socialistas não deveria escandalizar ninguém, sobretudo depois do desmoronamento dos regimes do Leste europeu, que teve o mérito de trazer a esquerda do céu das utopias para a realidade prosaica da história. Com esse retorno do socialismo ao mundo profano e a dessacralização dos clássicos, é de se supor que o apego à visão do socialismo como começo absoluto perca a sua razão de ser. Mas, é claro, não tenho nada contra os nostálgicos do paraíso perdido que pretendam regressar ao aconchego do útero primordial. Desde que não neguem o caráter socialista do Leste europeu e não me venham com a história de que o socialismo não chegou a existir em parte alguma, já que não foi tentado seriamente em lugar nenhum. Para os que pensam deste modo, gostaria de colocar uma última questão.

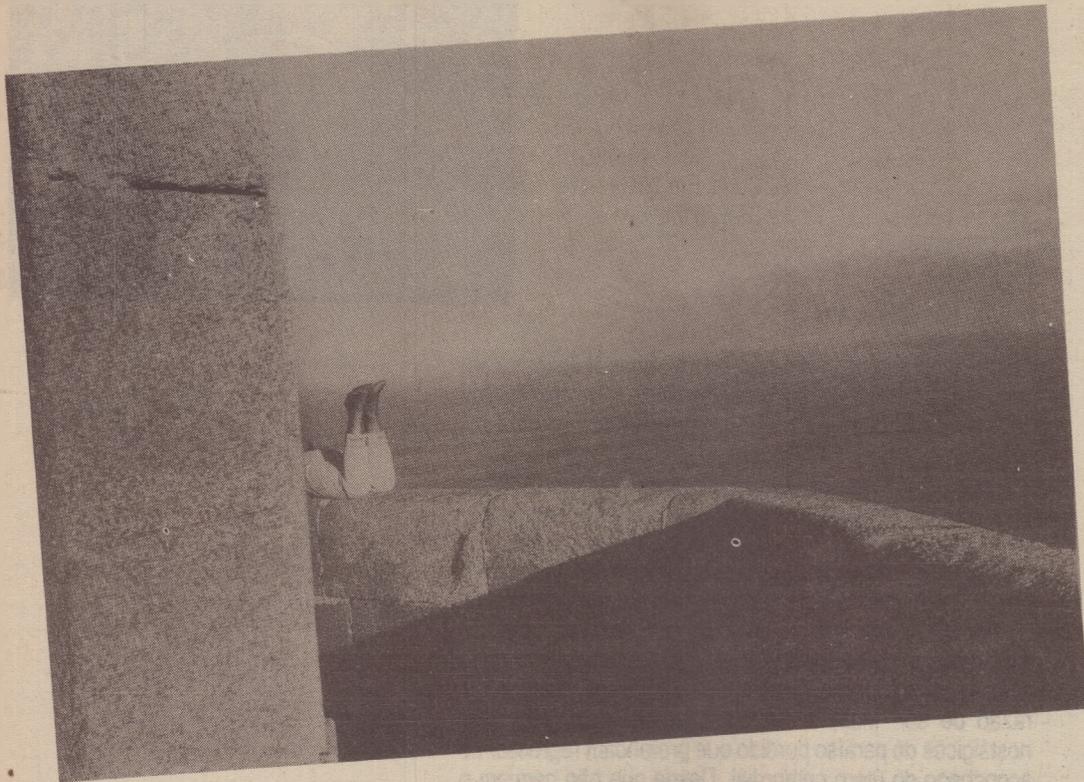
A esquerda admite de bom grado que o capitalismo assumiu ao longo da história as mais variadas formas. Assim, tanto a Alemanha nazista quanto a democracia sueca e o Brasil de Sarney a Collor pertencem a essa categoria: capitalismo. Se a nossa visão da sociedade burguesa é tão admiravelmente flexível e nuançada, então deveríamos concordar, reversivamente, que também o socialismo pode materializar-se historicamente tanto em sua variante despótica, estalinista, quanto democrática. O materialismo histórico não é uma apologia do egocentrismo ideológico da esquerda. Do contrário, como é que nos arranjariamos se alguém afirmasse que o capitalismo é libertário, igualitário e fraternal ou não é capitalismo? Se, ademais, este nosso interlocutor imaginário acrescentasse que o "capitalismo real" é apenas um infeliz "desvio" de um capitalismo democrático, igualitário, justo e popular em sua essência? Se nos desagradava que julgamos o socialismo pelas obras de Stalin, Ceausescu, Deng Xiaoping, etc., então coerentemente deveríamos nos abster de julgar o capitalismo pelo que dele fizeram Hitler, Médici, Pinochet etc. No limite, até o escravismo grego poderia ser visto com simpatia, caso o julgássemos pelos méritos de Sócrates, Platão e Aristóteles. Para alívio nosso, a história é impura e o exame crítico do capitalismo ou do escravismo antigo revela as limitações tanto das generosas teses sustentadas pelos filósofos da Ilustração quanto da sabedoria grega. Ora, qual o problema se o mesmo padrão crítico for adotado em relação ao "socialismo real"? Ou será que os nossos clássicos do marxismo gozam de especial imunidade histórica? Afinal, também os crimes da burguesia foram cometidos independentemente de Kant, Rousseau e outros pensadores ilustrados.

Não lhes parece, portanto, que, para as esquerdas, a idade da inocência já passou? Mas o apego ao passado é um fenômeno corriqueiro que se manifesta com particular intensidade em momentos de crise, graças aos constrangimentos que a clerezia da tradição petrificada tenta impor aos "gentios". Felizmente, os momentos de crise são também de grande liberdade crítica e criativa, de modo que, sem receio, pode-se adotar o conhecido "lema do grande florentino": Segui il tuo corso e lascia dir le genti! □

Luis Koshiba é professor da UNESP em Araraquara.

A dualidade produtor/consumidor não desaparecerá graças à democracia dos "produtores associados".

A revolução sufocada



Janette Habel

A crise econômica prevista para assim que terminasse o financiamento do Conselho de Ajuda Econômica Mútua (CAEM) se abate em cheio sobre Cuba. A partir de agosto de 1990, a ilha entrou em "período especial em tempos de paz", eufemismo castrista para caracterizar o momento mais grave que a revolução atravessa em seus trinta e dois anos de existência.

O desenvolvimento econômico do país, programado até o ano 2.000 no marco da chamada divisão socialista do trabalho, é colocado em questão. Baseada na entrega de petróleo garantida pela URSS, a industrialização deveria se apoiar em uma estreita especialização: os derivados de cana de açúcar, cujo potencial industrial é muito importante; o desenvolvimento da biotecnologia, estimulado pelas conquistas cubanas em matéria de saúde - como o descobrimento da vacina contra a meningite B testemunha; a responsabilidade na fabricação de elementos de microinformática (em associação com a ex-RDA); a modernização das centrais açucareiras; a modernização de níquel. Da mesma forma, a prospecção de petróleo e a construção de uma central nuclear deviam criar as condições que permitissem a Cuba superar sua maior desvantagem, a carência quase total de qualquer recurso energético, que leva o país a uma situação de terrível dependência da produção açucareira.

A guerra do Golfo revelou a fragilidade e o caráter especulativo do mercado petrolífero. Até 1989, e graças a URSS, Cuba escapava destes apuros. Esta era, sem dúvida alguma, a vantagem essencial de uma ajuda econômica no restante muito mais complexa e contraditória do que geralmente se diz. Conseqüentemente, toda redução na entrega de petróleo acarreta imediatamente uma desorganização do transporte e do trabalho e tem conseqüências tanto no terreno industrial como na produção alimentícia e no abastecimento de um país onde dois terços da população são urbanas.

Não é exagerado considerar que o que realmente está em jogo é a sobrevivência da revolução. Pela primeira vez não se teme o risco de uma intervenção militar direta, mas sim a combinação mais sutil de uma crise econômica extremamente grave em conseqüência da ruptura com o bloco do Leste, um bloqueio americano reforçado e dificuldades extremas na vida cotidiana, conjugadas com mudanças políticas reais porém bastante superficiais. Esta combinação poderia desembocar em explosões no interior dos setores mais desmobilizados, cuja dinâmica é imprevisível.

Um alívio temporário?

Elaboradas ao longo de oito meses de discussão - durante os quais as inquietudes dos cubanos chegaram ao seu cume - os protocolos dos acordos firmados na última hora do dia 29 de dezembro de 1990, em Moscou, concluíram as negociações iniciadas em maio do mesmo ano. Provisoriamente, porque se bem uma época chegou ao seu fim, as novas relações comerciais bilaterais estão longe de ficar definitivamente estabelecidas.

O fundamental do convênio diz respeito apenas a 1991. Posteriores negociações deverão precisar os novos mecanismos que regirão as futuras relações econômicas e comerciais. Segundo Ricardo Cabrisas, Ministro cubano do Comércio Exterior, estas incertezas se devem, em parte, ao fato de que as negociações ocorreram quando ainda não se tinham aprovado nem o plano para 1991, nem o orçamento da União Soviética. Sua implementação ainda é problemática na medida em que os negociadores devem determinar importantes detalhes, inclusive certos preços. Mas, sobretudo, porque a crise econômica e política que castiga a URSS não permite segurança alguma quanto ao futuro de qualquer acordo.

O velho sistema de troca (compensação bilateral) foi aplicado até 31 de março. A partir desta data, os intercâmbios comerciais deverão efetuar-se em divisas e os preços dos produtos trocados deverão ser estabelecidos com base nos vigentes no mercado mundial. Porém inclusive com estes preços e qualquer que seja a qualidade do intercâmbio, Cuba não terá outras alternativas, já que as peças de reposição são, em numerosos setores industriais, soviéticas.

A consideração dos preços do mercado mundial não é evidente para produtos como o açúcar. Cabrisas assinala que estes preços não refletem nem as transações entre a Comunidade Econômica Européia (CEE) e os países da África-Caribe-Pacífico, por um lado, nem existentes entre os EUA e seus fornecedores tradicionais, por outro - transações que se realizam por um preço nitidamente superior ao do mercado mundial. Finalmente, a URSS se comprometeu a comprar 4 milhões de toneladas de açúcar para 1991 ao preço preferencial de 24 centavos de dólar a libra, preço inferior ao anteriormente acertado, porém duas vezes mais caro que o preço atual do mercado. As entregas de petróleo serão de 10 milhões de toneladas (bruto e derivados) - quer dizer 3 milhões de toneladas a menos que no passado -, ao preço de 20 dólares o barril (preço que no momento atual não oferece vantagem alguma em relação ao mercado mundial). O custo do transporte correrá por conta de Cuba e também será pago em dinheiro. Levando em conta a grave escassez de divisas conversíveis de que padece a economia cubana - escassez agravada pela impossibilidade de reexportar uma parte do petróleo, em outros tempos fonte de divisas adicionais -, os anos 90 se anunciam sob mais sombrios auspícios.

Restrições e racionamento

Cuba goza de um grande potencial agrícola. No entanto, apesar dos progressos alcançados, nem a produção agrícola nem a criação de gado são suficientes para alimentar a população. Isto se deve à prioridade concedida aos cultivos de exportação (inicialmente a cana e os cítricos), ao rendimento insuficiente sobretudo das granjas estatais, e à importância das importações (fertilizantes, sementes, peças soltas), sem esquecer o custo em energia da mecanização do corte de cana e da modernização da agricultura, concebida como um meio de suprir a falta de mão de obra no campo. Neste terreno, também a dependência externa e decisões político-econômicas anteriores custam caro.

As importações de alimentos se reduzem, de agora em diante, fortemente, o que repercute sobre o abastecimento da população e sobre o consumo urbano, em particular em Havana, onde vive os 20% da população. A importância central concedida ao plano alimentício se explica pela necessidade, na atual conjuntura, de assegurar a autosuficiência de alimentos do país. As alarmantes carências de 1990 colocam em alerta todo o país: o atraso na entrega de trigo soviético provocou escassez de pão; a falta de grãos para

A crise econômica já atinge Cuba, produzindo o momento mais grave em trinta anos de revolução.

alimentar às aves se traduzem na caída espetacular da produção de ovos, antes de venda livre e agora estritamente racionados a quatro ou cinco por semana; os frangos búlgaros e a cerveja checoslovaca não têm chegado; finalmente diminuiu a quantidade de arroz importado, um elemento básico para a alimentação...

É certo que os cubanos não estão passando fome. Por um lado, porque a caderneta garante uma alimentação básica pouco variada mas suficiente para todos e, por outro e sobretudo, porque os cubanos almoçam diariamente nas estruturas coletivas, nos centros de trabalho, nas escolas etc, instâncias que tem sua própria rede de fornecimento. Mas a situação não é fácil na medida em que as restrições se combinam com agudos problemas de distribuição que fazem da vida cotidiana um quebra cabeças insuportável: agora as filas duram horas e requerem uma organização verdadeiramente complexa; os membros da família que dispõem de tempo (sobretudo os avós) são mobilizados; as "rotações" se organizam com bilhetes numerados, e a ausência no trabalho tem aumentado.

Além disso, desde o final de 1990, o número de artigos racionados cresce. Este é o caso de 242 artigos de consumo corrente, como os calçados, as roupas, os móveis, os brinquedos e os produtos higiênicos (recentemente detergente, sabão, shampoo e navalhas de barbear passaram a ser produtos inencontráveis em certos setores). A venda de aparelhos elétricos foi severamente limitada por razões de economia de energia e porque falta dinheiro para importá-los. Desta maneira, em 1991, em um país tropical como Cuba, não haverá geladeiras à venda, os aparelhos de ar condicionado (herança urbana da época americana) serão substituídos por ventiladores chineses e só os recém casados poderão obter ferros elétricos... A era da bicicleta chinesa também - começou ao preço de alguns graves acidentes: este meio de transporte era desconhecido em um país acostumado ao uso de automóvel na cidade e do cavalo no campo. Quanto à imprensa, o número de jornais, seu número de páginas e circulação foram estritamente reduzidos sem melhorar a qualidade da informação (este é ainda outro problema). A escassez de papel jornal também provoca uma grave crise na indústria do livro.

Mas o sintoma mais significativo do agravamento da situação é o severo controle da distribuição de medicamentos anunciado pelo governo em março passado. De agora em diante, se reduzirá a venda de inúmeros remédios nas farmácias públicas, serão controladas as receitas médicas individuais e as prescrições essenciais serão feitas nos hospitais. Quando se conhece o orgulho cubano a respeito do seu sistema de saúde - um dos mais avançados do terceiro mundo -, não se pode deixar de perceber a gravidade da crise que estas medidas indicam.

Atender o mais urgente

Cuba deve se preparar "para a pior das situações econômicas", advertiu Fidel Castro em 17 de fevereiro de 1991. "Devemos ganhar tempo nesta primeira etapa do período especial e prepararmos-nos para a segunda e terceira etapas", terceira etapa que poderia desembocar, no pior dos casos - aquele onde o acordo atual com a URSS não será respeitado - na instauração de uma sorte de comunismo de guerra em tempos de paz. Para evitá-lo, a direção castrista oposta a extensão de seus intercâmbios econômicos com a China e a América Latina, no desenvolvimento do turismo, no fim das proibições (porém em que condições?) de joint ventures (empresas associadas) com empresas européias e no término - por desgraça mais hipotética que real - do bloqueio americano. E isto, sem levar em conta que terá que ser definida uma política econômica e uma política de racionamento que permita ao povo cubano sustentar-se... até o final do túnel, e até solidariedade internacional se manifestar. Entretanto, é necessário se preparar para o pior, economizar em todos os terrenos - em particular no da energia - e ganhar tempo.

O governo modificou seu enfoque sobre as empresas mistas. No setor do turismo já foram criadas numerosas joint ventures; empresas espanholas e canadenses participam na construção de novos hotéis, contratando e despedindo em função de suas necessidades. Até agora, recorrer ao capital estrangeiro não envolvia setores industriais. Pela primeira vez, no entanto, o governo quebra com esta tradição de mais de 30 anos, de autorizar um consórcio francês integrado pela

empresa Total e a Companhia Européia de Petróleo (CEP) a começar a exploração *off-shore* da costa norte de Cuba. O contrato de seis anos foi firmado com a União de Petróleo de Cuba em Havana, em dezembro de 1990, sob condições financeiras não reveladas e, segundo um diplomático cubano, implica em se for encontrado petróleo comercializável, "os lucros serão divididos entre a CEP e os cubanos".

Acordo com a China

Outro acontecimento significativo teve lugar em 16 de janeiro deste ano. Neste dia se firmou, pela primeira vez na história, um acordo comercial por cinco anos com a China. A China se converteu, logo após a dissolução da RDA, no segundo parceiro econômico de Cuba. Em 1990, o comércio entre os países alcançou a cifra de 578 milhões de dólares. Já se firmou um acordo quinquenal até 1995, assim como um protocolo comercial para 1991. Os cubanos entregarão açúcar, cítricos, níquel e, pela primeira vez, produtos de sua biotecnologia.

Porém, segundo *Granma*, é em matéria de cooperação onde se apresentam melhores perspectivas. Os chineses concordaram em conceder crédito que possibilitassem a construção de fábrica de ventiladores e bicicletas. A colaboração também toca a confecção têxtil, calçados, cerâmica, motores, máquinas ferramenta, tratores, a indústria alimentícia, etc.

O terceiro vetor de um possível alívio das tensões econômicas é o turismo. Em 1989, mais de 320 mil turistas visitaram a ilha - mais que em qualquer outro ano antes da revolução. A taxa anual de crescimento deste setor durante os últimos seis anos está por volta de 10%. Em 1992, o governo pretende quadruplicar o número de hotéis, o que implica em incrementar as empresas mistas com o Estado espanhol, Itália, Áustria, França e Finlândia. Apesar do número de turistas procedentes do Canadá e Europa terem aumentado - levando em conta as cômodas tarifas estabelecidas - uma expansão mais consistente supõe um incremento substancial nas chegadas dos vizinhos mais próximos, os turistas americanos.

Finalmente, não é necessário subestimar o ressentimento ou o incômodo da população pelo que alguns cubanos chamam de "apartheid turístico". E é o contraste entre um setor protegido e as dificuldades da vida cotidiana da população que resulta em uma relação necessariamente conflitiva.

Navegar a cegas?

Na teoria e graças à ruptura de seus laços com a Europa Oriental, Cuba deverá reinserir-se no quadro geopolítico que lhe corresponde: o continente latinoamericano. Na prática, o país já não está ilhado e as relações comerciais se desenvolvem, mesmo se continuam sendo limitadas. E isto é assim porque os países latinoamericanos estão muito endividados e a pressão do bloqueio americano é bastante forte.

No marco de drásticas pressões internacionais e de uma ambiente imediato pouco favorável, a política econômica se define dia a dia. A tendência parece ser a descentralização: as empresas cubanas de comércio exterior já gozam de maior autonomia com respeito aos ministérios, e a Câmara de Comércio de Cuba deverá jogar um papel mais importante nos intercâmbios com o exterior. Por seu lado, o Tribunal de Arbitragem do Comércio Exterior se reorganiza com o fim de resolver os conflitos que podem surgir entre as empresas cubanas e as estrangeiras, fugindo como pode da tutela burocrática.

Mas o problema está em saber se esta descentralização tocará também o plano social e político. Em outras palavras, serão dados poderes de controle e gestões reais tanto no seio das empresas como no plano local, em uma situação em que a desordem burocrática só agrava a escassez e irrita a população. No terreno da agricultura, a necessidade de restabelecer os mercados livres e de estimular os camponeses privados para melhorar o abastecimento aparece, ao menos em Havana, como uma exigência amplamente compartilhada. As desigualdades provocadas pelos mercados livres foram utilizadas para justificar sua proibição. Porém é possível perguntar-se em que medida as desigualdades ligadas ao mercado negro são preferíveis... □

Janette Habel é membro do S.U. da Quarta Internacional e autora de Ruptures en Cuba, de próxima publicação no Brasil.

Os cubanos não estão passando fome, mas o racionamento faz da vida cotidiana um quebra-cabeças insuportável.

A abertura para o capital externo, os acordos com a China e o estímulo ao turismo visam ganhar tempo.

A farsa mortal

REGIÃO SOB DISPUTA



Catherine Samary

Por que a atual explosão das questões nacionais na Iugoslávia? O fatalismo dos conflitos interétnicos é um dos clichês dominantes. Mas isto não explica porquê a Iugoslávia continua existindo e porquê viveu várias décadas sem guerra civil. A hipótese de que o "totalitarismo" havia asfixiado tudo beira a ignorância ou a tolice: apesar do pluralismo político existente na Iugoslávia não foi superior ao dos países vizinhos, o liberalismo no que diz respeito aos direitos nacionais, culturais e religiosos acompanhou uma substancial evolução do sistema. É o crescente aumento dos direitos, combinado com o incremento da renda nacional de todas as repúblicas por várias décadas, o que explica que, até os anos 80, as tensões e conflitos não tenham tomado a dinâmica atual.

A década de 80 é a década da crise econômica que, além disso, mais acentuou distâncias, sob o "jugo" dos preceitos liberais do FMI. O ascenso do nacionalismo sérvio e de suas tendências centralizadoras tem encontrado seu semelhante nas pressões centralizadoras "liberais" dos credores que apoiam o governo Markovic na perspectiva do pagamento da dívida... Na busca de divisas para integrar-se no mercado mundial, as repúblicas ricas estão melhor colocadas (com 8% da população, a Eslovênia abarca os 25% das exportações...). Aqui estão alguns fatos centrais que fazem explodir o edifício. Era tão frágil?

Iugoslávia artificial?

Quaisquer que tenham sido o papel e os objetivos das grandes potências, a união dos "eslavos do sul" (Iugo-

A explosão das questões nacionais é produto da crise econômica iugoslava dos anos 80.

Eslovens) correspondeu a profundas aspirações populares. Mas o projeto encarnou em uma primeira Iugoslávia dominada pela monarquia sérvia, submetida ao capital estrangeiro e que rapidamente tomou-se ditatorial. E lhe foi mais fácil negar a identidade de outros povos porque, até este momento, somente os sérvios e os montenegrinos haviam conquistado um Estado; os outros não tinham tido esta possibilidade histórica. Este continua sendo, com ou sem razão, a expressão, da plena soberania. A primeira Iugoslávia, então, não tem repúblicas, somente distritos administrativos que não representam nem nações, nem nacionalidades.

A Internacional Comunista dos anos 20 e 30 preconizou o separatismo, sobretudo dos croatas, com o objetivo de debilitar a burguesia e o Estado do país. Mas já há muito tempo que o Partido Comunista Iugoslavo (PCI) tinha qualificado as questões nacionais como questões "pequeno-burguesas". Sem uma mudança radical sobre as questões nacionais e sem a luta pelo poder no final dos anos 30, o PCI não teria sido capaz de dirigir um exército com milhares de voluntários estruturados de maneira federativa (o PC colocando em marcha seus próprios partidos em cada nação, ao mesmo tempo conservava um comitê Central Unificado) e de concretizar em todo o território um novo poder extremamente popular.

Evidentemente, a Iugoslávia que emergiu da Segunda Guerra Mundial esteve marcada pelas características centralizadoras e repressivas do PCI, características que levaram a suprimir rapidamente todo elemento base do pluralismo político. Mas a Guerra exigia um Estado-Maior centralizado, imediatas medidas sociais a favor dos camponeses e trabalhadores e o desenvolvimento de repúblicas federativas que asseguraram ao regime uma legitimidade incontestável. A nova Iugoslávia representou um progresso depois da carnificina realizada pelo embrião do Estado croata ustachi (corrente de extrema direita ligada aos nazistas) e da absorção de outras nacionalidades por potências vizinhas (Itália, Áustria, Alemanha, Bulgária...). O federativismo e o primeiro reconhecimento real de suas identidades e de seus direitos: é reconhecida a cidadania (Iugoslava), as nações (dotadas de um Estado ou República, com os macedônios e os muçumanos da Bósnia elevados a condição de nações) e as nacionalidades (cujo Estado de referência existe para além da Iugoslávia). Eventualmente, a estas últimas lhes seria concedida a condição de províncias autônomas nas quais não há direito territorializados, como foi o caso dos judeus ou dos ciganos...

Mas eram possíveis outros caminhos, caminhos que teriam conduzido a outros portos: a federação ou confederação socialista dos Balcãs era uma perspectiva não somente muito popular, como também, objeto de negociações muito concretas antes da ruptura com Stalin em 1948. Na hipótese de um triunfo revolucionário na Grécia e de uma resistência vitoriosa à Stalin, esta perspectiva teria permitido unir os húngaros de Volvodina e Hungria, aos albaneses de Kosovo e Albânia, aos macedônios da Bulgária, Grécia e Iugoslávia... O recuo imposto sobre as próprias fronteiras Iugoslavas foi um drama para os albaneses de Kosovo que se sublevaram. Mas a adesão majoritária de outros componentes não pode ser negada.

Iugoslávia = URSS?

Tito foi um político pragmático que ao longo de seu reinado combinou concessões aos movimentos desde a base e repressão aos "condutores" dos mesmos para suprimir toda autonomia. É certo que é possível apoiar-se em múltiplas estatísticas para "demonstrar" uma evidência: a capital da Iugoslávia é Belgrado, na Sérvia. A grande massa de funcionários e de oficiais do exército é sérvia, por herança, poderia se dizer. Este não é um fato neutro. É inclusive, um fato que rapidamente levanta suspeitas, pois impôs um centralismo de tipo neo-estalinista que se manifestou tanto na administração dos recursos do plano econômico por Belgrado, como

As Nacionalidades Envolvidas

Seis repúblicas

Sérvia: 86.361 km²; 9,9 milhões de habitantes, dos quais 66,4% são sérvios, 19,6% albaneses e 2,3% são croatas. Sua capital é Belgrado (que também é a capital federal).

Eslovênia: 20.251 km²; 1,9 milhões de habitantes, dos quais, 90,5% são eslovenos, 2,2% sérvios e 2,9% croatas. Sua capital é a Liubliana.

Croácia: 56.538 km²; 4,6 milhões de habitantes, dos quais 75,1% são croatas e 11,5% são sérvios. Sua capital é Zagreb.

Bósnia e Herzegovina: 51.129 km²; 4,4 milhões de habitantes, sendo 39,2% de muçumanos, 32,2% de sérvios e 18,4% de croatas. Sua capital é Sarajevo.

Macedônia: 25.713 km²; 1,9 milhões de habitantes, sendo 67% de macedônios, 19,6% de albaneses e 2,3% de sérvios. Sua capital é Skoplje.

Montenegro: 13.812 km²; 632.000 habitantes, dos quais 68,5% são montenegrinos, 13,4% muçumanos, 6,5% albaneses e 3,3% sérvios. Sua capital é Titograd.

Dois províncias autônomas

Kosovo: 10.887 km²; 2 milhões de habitantes, dos quais 90% são albaneses. Sua capital é Pristina.

Volvodina: 21.506 km²; mais de 2 milhões de habitantes, sendo 55,8% de sérvios e 21,7% de húngaros. Sua capital é Novi Sad.

a uma intervenção repressiva do exército contra as nacionalidades não sérvias. Mas a direção titoista se afez primeiro em seu poder, e a permanência da Iugoslávia como tal. Sabia, por experiência, que a dominação grá-sérvia do período entre-guerra havia constituído a grande fragilidade da primeira Iugoslávia. Seu lema (os nacionalistas sérvios o recordam hoje sem parar) foi "Uma Sérvia fraca para uma Iugoslávia forte".

Dividir para reinar foi, sem dúvida, outro de seus lemas. Mas quaisquer que tenham sido as intenções do poder, os direitos concedidos às nações e às nacionalidades minoritárias foram consideráveis e crescentes no tempo, até a década de 80, por meio de pressão de reivindicações pela base. Nos anos 60, o expurgo do sérvio Rankovic, defensor do centralismo e da repressão inicial aos albaneses, foi acompanhado da tendência à confederação do sistema. Nos anos 70, as províncias autônomas da Sérvia (Volvodina e Kosovo) contam com direitos de quase repúblicas, com representação direta nos órgãos da presidência e direito de veto. Cada nação e cada nacionalidade tem suas escolas e universidades, particularmente Pristina, em Kosovo, em língua albanesa (esta é a razão porque, até o período atual, as reivindicações dos albaneses do Kosovo se voltam para a Iugoslávia, e não para Albânia, que aparece como o contraste).

No plano econômico, até finais dos anos 70 houve ao mesmo tempo crescimento e melhoria substancial do nível de vida, assim como... desperdícios crescentes: os da burocracia e os de uma descentralização mercantil incoerente e sem democracia. No princípio, Croácia e Eslovênia eram, e continuam sendo, as partes mais ricas do país; as brechas aprofundaram-se com a descentralização. Para um produto social per capita em média de 100, a Eslovênia alcança 212, Croácia 119 e o resto das repúblicas estão abaixo de 100, inclusive a Sérvia. Todas as partes têm a obrigação (que, mesmo assim, não respeitam) de dar por volta de 1% deste produto social ao fundo de desenvolvimento e de receber, em troca - como acontece na URSS -, matérias-primas e serviços energéticos a preços vantajosos de outras repúblicas. Como na URSS, as repúblicas ricas se dizem exploradas pelas menos desenvolvidas, tratando-as como incapazes, enquanto elas sentem-se "européias", ou melhor, civilizadas... A grande diferença entre as repúblicas bálticas é que estas não estão anexadas à força a Iugoslávia.

Iugoslávia e/ou separação?

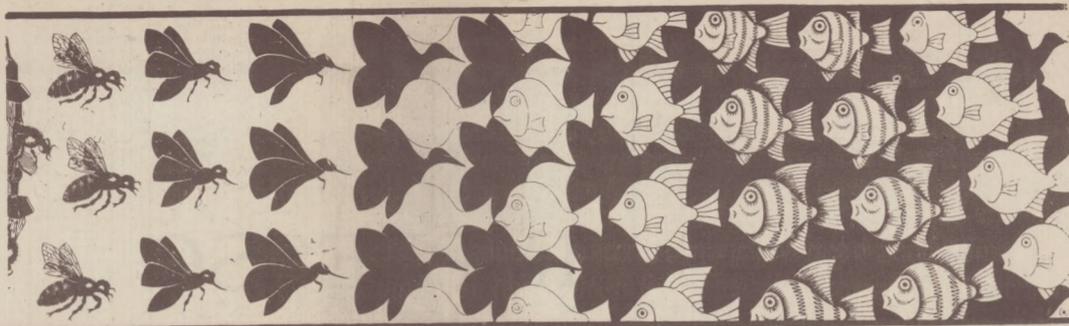
Deve-se distinguir a vontade de separar-se da de tornar-se independente (no sentido de alcançar a soberania). A sede de soberania é poderosa em todas as repúblicas. A mesma significa que a parte de poder atribuída às instâncias supranacionais é determinada livremente pelas unidades constitutivas. Não há delimitação clara, ou regra universal que designe os poderes de uma federação, nem confederação mais descentralizada. A Iugoslávia de Tito concedeu o direito de veto, enquanto as instâncias da comunidade européia começam a funcionar com voto majoritário...

A existência do exército federal é compatível com a existência de exércitos armados territoriais. A melhor maneira de defender estes interesses e o marco estatal e sócio-econômico no qual fazê-lo constituem outras questões abertas, em evolução, pesa vantagens inconvenientes (a decisão de comprometer-se em uma luta armada faz parte dela).

Hoje em dia, os albaneses têm mais razões para separar-se de um marco que suprimiu seus direitos através da força, e no momento em que a Albânia é mais atrativa que antes. Mas se encontrarão confrontados com uma resistência encarnizada dos sérvios em relação ao território histórico que para eles representa o Kosovo.

A separação da Eslovênia não é tão conflituosa para os sérvios (inclusive o exército deve aceitá-la se se respeitarem as formas legais). Mas a presença de eslovenos na união é determinante aos olhos de todas as nacionalidades não sérvias.

As tensões maiores envolvem sérvios, croatas e



mulçumanos, que cohabitam em territórios heterogêneos. A relativa prudência dos poderes croatas é evidente. O referendun na república propunha escolher entre uma federação ou uma união confederativa de repúblicas soberanas (e separação em caso de fracasso). Foi a segunda opção a que contou com um apoio massivo.

No contexto de crise econômica e de risco de guerra civil, a comunidade conserva certos ganhos. Os economistas eslovenos têm avaliado em 30% a perda da renda nacional em caso de ruptura consumada. Mas a sede de independência e a esperança de uma inserção na Europa podem levar a aceitar perdas econômicas imediatas. A Eslovênia tem na Austria e Alemanha poderosos apoios e um passado. Tem futuro?

O apoio concedido pelo FMI, Estados Unidos e Comunidade Européia ao federalista Markovic tem precipitado as declarações de independência e facilitado a intervenção do exército. A única que se estabilizou é a vontade de autodeterminação, que somente tem sentido se se negocia sem a pressão do exército. □

Catherine Samary é especialista na economia do leste europeu e autora de Marche contre autogestion, sobre a experiência iugoslava.

Deve-se distinguir a vontade de separar-se da de tornar-se independente (no sentido de alcançar a soberania).

EM TEMPO:

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson Almeida, Hugo Manso Jr., Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

Jorn. Resp.: Celta Regina de Souza
Reg. MTb nº 18663DRT/SP

Equipe de Edição: Caio França, Alvaro Alencar, Fernanda Estima, Adelaide Jôia.

Capa: Caco Bisol

Editoração: Página 7 Artes Gráficas

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Artur de Azevedo, 556 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05.404 Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10

Sucursais: **Porto Alegre:** Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bom Fim CEP 90.210 Fone 27-4642; **Rio de Janeiro:** Rua Senador Dantas, 117 Sala 1144 CEP 20.031; **Vitória:** Pça. Quintino Bocaiuva, 16 s/707 CEP 29.000 Fone 223.0921; **Salvador:** Rua Amparo do Tororó, 19 CEP 40.050.

Assine EM TEMPO:

Quero assinar EM TEMPO e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de assinatura é:

() Normal Cr\$ 4.000,00 () Apoio Cr\$ 8.000,00

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____

CEP: _____

Estado: _____

Telefone: _____

Recorte e envie juntamente com um cheque no valor assinado para:
Rua Artur de Azevedo, 556 - São Paulo - SP - CEP 05404

IMPRESSO

O golpe de força

Catherine Samary

uitas interrogações subsistem sobre o golpe abortado. A mobilização galvanizada por Yeltsin e a rejeição popular visceral ao antigo sistema explicam, em parte, o fracasso disso que, mais do que um golpe de Estado, aparece como um golpe de força. Mas como compreender o amorismo dos golpistas? A rapidez da derrota, indecisão dos generais em atirar sobre uma multidão bem menor que aquela de Pequim, passam uma impressão de indeterminação parcial em relação aos próprios objetivos do golpe.

A dinâmica de conjunto de desmantelamento político do sistema foi acelerada com o giro da década de 90 e o fracasso da *perestroika* enquanto projeto de "modernização" e de humanização do sistema burocrático. A degradação da situação econômica incentivava soluções "radicais" e rumores de golpes de Estado circulavam, no quadro de uma polarização na qual Gorbachev havia perdido sua base popular.

Divisões importantes fraturavam o aparelho de Estado, sobretudo o Exército e o partido. Elas refletiam movimentos de fundo: enfraquecimento dos poderes do centro face às repúblicas que o novo tratado da União pretendia oficializar; perda de poder do partido-Estado cujo esfacelamento foi anunciado antes do golpe pela constituição do reagrupamento político entre liberais e comunistas reformadores dirigidos por Chevardnaze e Yakovlev; perda de controle da economia. Eis o que explica a extrema fragilidade dos golpistas. Mas qual era a dinâmica sócio-política do golpe?

O projeto dos golpistas

A imprensa em geral qualificou o golpe de "conservador" ou de "direita" por oposição a uma "esquerda" que se julgava encarnada por Yeltsin. Mas há muitas variantes de "conservadores".

Os golpistas não se dissociaram explicitamente dos projetos de liberalização mercantil. Eles parecem ser uma espécie de "mutantes" entre o antigo sistema de ditadura não-capitalista, cujos instrumentos de poder se desmantelaram, e a nova ditadura pró-capitalista que se organiza. Esta interpretação permite, em todo caso, ressaltar as ambiguidades reais do golpe, ligadas às diferentes clivagens que recortam hoje a burocracia com o reforço daqueles que optaram por sua reconversão no contexto de uma "economia de mercado".

As ambiguidades dos golpistas refletem as fronteiras fluidas entre "estalinismo de mercado" e capitalismo de Estado em um período de crise do sistema: o aparelho de Estado é um dos instrumentos essenciais para a restauração capitalista em curso, e todo um setor da burocracia que se volta nesta direção leva em conta a política das potências capitalistas para consolidar suas posições. O fato de que Yeltsin e os liberais no poder em Moscou e Leningrado não tenham sido presos, mais do que uma indecisão de amadores, pode exprimir a orientação (as alianças potenciais) insegura dos golpistas e a disposição de manter as portas abertas a negociações com uma segunda direita, de linha liberal mercantil.

Eles eram favoráveis às reformas mercantis, mas à escala da União, controladas por um Estado forte, sem contar muito com os capitais estrangeiros, e que não conduzissem a uma situação caótica.

As dificuldades da restauração

A restauração capitalista, em todos os países onde ela está em curso, não tem no momento a força (política, social e econômica) para se realizar senão na Alemanha. Em todos os outros lugares, ela patina. Correntes se diferenciam, uns preconizando um capitalismo nacional protegido dos investimentos estrangeiros, outros propondo a inserção mais profunda no mercado mundial de capitais; uns propõem uma privatização rápida, não importa a qual preço e outros uma privatização lenta, controlada pelo Estado. Mas quem controlaria o Estado?

Uma das dificuldades da restauração capitalista é a falta de um novo quadro de dirigentes: se bem que um capitalismo de Estado se apresente como a "solução" lógica dos projetos restauracionistas face à insuficiência de capitais privados, todo reforço do Estado a partir dos mesmos aparatos hoje existentes será percebido como "conservador" (e o será em parte). As equipes governamentais mais em condições de avançar um projeto restauracionista são aquelas que provêm de uma ruptura ou de uma luta contra o antigo sistema: é o que ocorreu na Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, em graus diversos.

O que sobrar do centro?

Deste ponto de vista, Yeltsin ganhou, graças à sua ruptura anterior com o PCUS e ao papel que desempenhou contra o golpe, as pré-condições de uma ofensiva liberal mercantil, mas não as condições de seu êxito. Esta ofensiva será beneficiada, sem dúvida, como na Polônia, de um estado de graça provisório e de uma ajuda externa crescente. Mas a crise e as incertezas políticas tornam sempre reticentes os capitais privados (e o apoio econômico americano); o estado de graças será com certeza bem menos longo do que na Polônia e mais problemático em função da amplitude das questões nacionais.

A URSS enquanto "prisão dos povos" já não existe e não mais existirá. O fracasso do golpe favorece a explosão das declarações de independência mas também novas formas de união. A consolidação da potência Rússia e de seu líder, graças à sua vitória sobre os golpistas, produz reações de desconfiança de outras repúblicas.

Ao mesmo tempo, facilita as políticas de autonomia ou enfraquecimento do centro. Muitos fatores impedem a simples desaparecimento do centro, a despeito de um crescimento das relações diretas entre as repúblicas: o receio de uma dispersão do potencial nuclear, a procura, por certas nacionalidades, de uma proteção federal contra a opressão de sua própria república, a gestão comum de uma moeda e de infra-estruturas.

Isto é compatível com a afirmação de soberania das repúblicas em vários campos, que estarão no coração das negociações e conflitos futuros na URSS, como na Iugoslávia. O fracasso do golpe acelera a mutação e a decomposição da URSS em três planos: a União, o partido-Estado e a economia.

Gorbachev será o aprendiz de feiticeiro desta mutação. Yeltsin será, sem dúvida, seu parceiro. Era necessário sem hesitações se opor ao golpe e, deste ponto de vista lutar ao lado de Yeltsin, mas além disso seria preciso denunciar antecipadamente o que seria a aplicação da reforma de 500 dias que ele votou e avaliá-la a partir de sua implementação. □

O fracasso do golpe acelera a mutação e a decomposição da URSS em três planos: a União, o partido-Estado e a economia.